

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO SERVIÇO SOCIAL

Carina Moreira Barbosa

Desigualdades em números: o que revelam as estatísticas e os indicadores
sensíveis ao gênero

Florianópolis

2023

Carina Moreira Barbosa

Desigualdades em números: o que revelam as estatísticas e os indicadores sensíveis ao gênero

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Liliâne Moser

Florianópolis

2023

Barbosa, Carina Moreira

Desigualdades em números : o que revelam as estatísticas e os indicadores sensíveis ao gênero / Carina Moreira Barbosa ; orientadora, Liliâne Moser, 2023.

65 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Serviço Social, Florianópolis, 2023.

Inclui referências.

1. Serviço Social. 2. Desigualdade de gênero. 3. Indicadores de gênero. 4. Dados estatísticos. 5. Indicadores sociais. I. Moser, Liliâne. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em Serviço Social. III. Título.

Carina Moreira Barbosa

Desigualdades em números: o que revelam as estatísticas e os indicadores sensíveis ao gênero

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e aprovado em sua forma final pelo Curso de Serviço Social

Florianópolis, 28 de novembro de 2023.



Profa. Heloísa Teles, Dra.
Coordenação do Curso

Banca examinadora



Profa. Liliâne Moser, Dra.
Orientadora



Profa. Sirlândia Schappo, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)



Profa. Carmen Rosário Ortiz Gutierrez Gelinski, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Florianópolis, 2023

“Uma cifra estatística isolada é como poste com luz queimada: pode servir como apoio, mas sozinha não ilumina nada” (JANNUZZI, 2006, p.11).

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral analisar a relevância das estatísticas e dos indicadores com perspectiva de gênero na compreensão das desigualdades entre homens e mulheres, demonstrando sua importância para os(as) profissionais do Serviço Social. Para tal, a metodologia utilizada compreendeu uma abordagem combinada de pesquisa, do tipo qualitativa e quantitativa, com utilização de revisão bibliográfica, pesquisa documental e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Inicialmente, explora o contexto histórico em que foram socialmente construídos os papéis de gênero e estabelecida a divisão sexual de responsabilidades, além de apresentar as definições de estatísticas, indicadores em sentido amplo e de gênero, com exemplos nacionais e internacionais. Adiante, expõe e analisa alguns dados estatísticos do Brasil e de Santa Catarina, referentes ao ano de 2022, que revelam disparidades nos eixos da educação, dos rendimentos, dos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas e da participação política. Em seguida, discute lacunas na elaboração e divulgação de dados estatísticos e indicadores de gênero e destaca a importância dessas ferramentas para os(as) profissionais de Serviço Social. Como resultado da análise, concluiu-se que os dados estatísticos e indicadores sensíveis ao gênero são cruciais para promover a equidade de gênero, mensurando as desigualdades enfrentadas pelas mulheres. Essas ferramentas orientam políticas públicas, fundamentais na atuação do(a) assistente social que lida diretamente com a questão social e suas expressões. Contudo, ainda que relevantes, muitos indicadores apresentam falhas, carecendo de sensibilidade e reflexão à diversidade das experiências femininas. Diante de sua importância, é crucial adotar uma postura crítica com escopo de aprimorar continuamente esses instrumentos, para alcançar uma sociedade mais justa e igualitária, livre de desigualdades de gênero.

Palavras-chave: Desigualdade de gênero; Indicadores; Dados estatísticos.

ABSTRACT

The general objective of this Course Completion Work is to analyze the relevance of statistics and indicators with a gender perspective in understanding inequalities between men and women, demonstrating their importance for Social Service professionals. To this end, the methodology used comprised a combined qualitative and quantitative research approach, using bibliographic review, documentary research and data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), National Institute of Educational Studies and Research Anísio Teixeira (INEP) and Superior Electoral Court (TSE). Initially, it explores the historical context in which gender roles were socially constructed and the sexual division of responsibilities established, in addition to presenting definitions of statistics, indicators in a broad sense and gender, with national and international examples. Below, it presents and analyzes some statistical data from Brazil and Santa Catarina, referring to the year 2022, which reveal disparities in the areas of education, income, household chores and/or personal care and political participation. It then discusses gaps in the preparation and dissemination of statistical data and gender indicators and highlights the importance of these tools for Social Service professionals. As a result of the analysis, it was concluded that gender-sensitive statistical data and indicators are crucial to promoting gender equity, measuring the inequalities faced by women. These tools guide public policies, fundamental in the work of social workers who deal directly with social issues and their expressions. However, although relevant, many indicators are flawed, lacking sensitivity and reflection on the diversity of female experiences. Given their importance, it is crucial to adopt a critical stance with the aim of continually improving these instruments, to achieve a more just and egalitarian society, free from gender inequalities.

Keywords: Gender inequality; Indicators; Statistic data.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Os 20 maiores cursos em número de matrículas de graduação e os respectivos percentuais de participação por sexo – Brasil (2021)	40
Figura 2 – Ciclo Ampliado da Reprodução Social	45

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Índices sintéticos de gênero	28
Quadro 2 – Áreas de preocupação prioritária da Plataforma de Ação de Pequim	31
Quadro 3– Resumo dos indicadores nacionais de gênero (2021) produzidos pelo IBGE, conforme as diretrizes do CMIG	34

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais com ensino superior completo, desagregado por sexo, unidade territorial e cor ou raça (2022)	38
Tabela 2 – Rendimento habitual médio mensal, desagregado por sexo e unidade territorial (2022)	41
Tabela 3 – Rendimento habitual médio mensal, desagregado por cor ou raça e unidade territorial (2022)	43
Tabela 4 – Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, desagregado por sexo, grupo de idade e unidade territorial (2022)	48
Tabela 5 – Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, desagregado por sexo, cor ou raça e unidade territorial (2022)	49
Tabela 6 – Percentual de participação no parlamento nas eleições de 2022 desagregado por sexo e unidade territorial	51
Tabela 7 – Perfil das candidatas mulheres nas eleições de 2022, desagregado por cor ou raça e unidade territorial	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMIG	Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
ESTADIC	Pesquisa de Informações Básicas Estaduais
FEM	Fórum Econômico Mundial
GDI	<i>Gender-related Development Index</i>
GEI	<i>Gender Equity Index</i>
GEM	<i>Gender Empowerment Measure</i>
GGI	<i>Gender Gap Index</i>
GII	<i>Gender Inequality Index</i>
IAEG-GS	<i>Inter-Agency and Expert Group on Gender Statistics</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais AnísioTeixeira
IPU	União Interparlamentar
MSGI	<i>Minimum Set of Gender Indicators</i>
MUNIC	Pesquisa de Informações Básicas Municipais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização não governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OPSFaC	Observatório de Políticas Sociais e Famílias Catarinenses
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAD-C	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PNS	Pesquisa Nacional de Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SDG	<i>Sustainable Development Goals – Gender Index</i>
SIGI	<i>Social Institutions and Gender Index</i>

TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UNSC	<i>United Nations Statistical Commission</i>
WEOI	<i>Women`s Economic Opportunities Index</i>

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	14
2	GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E DESIGUALDADES ENTRE HOMENS E MULHERES: compreendendo estatísticas e indicadores	19
2.1	AS ESTATÍSTICAS E O SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES	24
2.2	UMA ANÁLISE SOBRE OS INDICADORES EM SENTIDO AMPLO	25
2.3	COMPREENDENDO OS INDICADORES DE GÊNERO	26
2.4	CMIG: O CONJUNTO DE INDICADORES DE GÊNERO DE USO (INTER)NACIONAL	29
3	A APLICABILIDADE DOS INDICADORES DE GÊNERO: REVELANDO AS DESIGUALDADES NO BRASIL E EM SANTA CATARINA	37
3.1	OS INDICADORES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO	37
3.2	OS INDICADORES DE GÊNERO QUANTO AO RENDIMENTO	41
3.3	OS INDICADORES DE GÊNERO NO USO DO TEMPO (AFAZERES DOMÉSTICOS E/OU CUIDADO DE PESSOAS)	44
3.4	OS INDICADORES DE GÊNERO NA POLÍTICA	50
4	DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS E INDICADORES DE GÊNERO NO BRASIL: A RELEVÂNCIA PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS	54
5	CONCLUSÃO	60
	REFERÊNCIAS	61

1 INTRODUÇÃO

As inúmeras conquistas femininas alcançadas ao longo da história não foram suficientes para modificar os parâmetros que permitem a equidade entre mulheres e homens. Muitas mulheres permanecem submetidas às práticas de inferiorização, tanto no âmbito privado quanto no público.

Apesar de constituírem a maioria da população e do eleitorado brasileiro, as mulheres ainda não conseguiram ultrapassar a barreira dos 15% de participação na esfera política (PNAD Contínua, 2022; TSE, 2023)¹. Embora tenham alcançado níveis de instrução superiores aos homens, devido às conquistas educacionais em todos os campos de ensino, ainda estão sub-representadas nas ciências exatas e nas esferas produtivas. Mesmo com o aumento das taxas de participação no mercado de trabalho, continuam enfrentando a disparidade salarial, a segregação ocupacional e a carga pesada da jornada estendida de trabalho remunerado e não remunerado (Alves; Cavenaghi, 2013).

As desigualdades de gênero, na prática, são expressões da questão social persistentes que afetam negativamente a vida das mulheres em múltiplos aspectos, exigindo políticas públicas específicas e adaptadas às suas necessidades.

Nesse contexto, as estatísticas e indicadores com abordagem de gênero emergem como ferramentas importantes para analisar e mensurar essas disparidades, fornecendo informações quantitativas e qualitativas que lançam luz sobre a realidade vivenciada pelas mulheres e suas demandas específicas. Além disso, esses instrumentos possibilitam uma tomada de decisão mais fundamentada e informada, assentada em evidências tangíveis, para legisladores, gestores públicos, assistentes sociais e demais agentes envolvidos na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas.

Este trabalho busca abordar uma lacuna identificada no contexto do Observatório de Políticas Sociais e Famílias Catarinenses (OPSFaC), um espaço interdisciplinar vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, dedicado à produção de conhecimento e divulgação de

¹ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (2022) do IBGE, 51,1% da população brasileira é feminina, e elas representam, segundo estatísticas do Tribunal Superior Eleitoral (2023), 52% do eleitorado. No entanto, ocupam atualmente 15% dos cargos eletivos.

informações sobre a realidade das famílias catarinense e as políticas sociais dirigidas a elas.

Durante as pesquisas e produções realizadas pelo Observatório constatou-se uma dificuldade de acesso a indicadores e estatísticas desagregadas por gênero². A dispersão das informações e a ausência de dados nos Sistemas de Produção e Disseminação de Estatísticas Públicas do Brasil foram alguns dos fatores que dificultaram a coleta de informações relacionadas à realidade socioeconômica das mulheres.

Nos estudos pertinentes à área social, as estatísticas e os indicadores desempenham um papel crucial ao oferecerem uma compreensão mensurável e substancial da realidade em que vivemos. Para o(a) assistente social, profissional inserido(a) na complexa dinâmica das demandas sociais, o acesso e a utilização desses instrumentos são de extrema relevância, pois permitem compreender a realidade social, identificar desafios e desigualdades, possibilitando uma intervenção mais precisa, eficaz e orientada para as necessidades reais das populações atendidas.

No contexto das desigualdades de gênero, as estatísticas e indicadores tornam-se especialmente relevantes, evidenciando as disparidades sistêmicas e estruturais enfrentadas pelas mulheres em várias esferas da vida, como educação, mercado de trabalho, participação política, entre outras.

A importância das estatísticas e dos indicadores de gênero como ferramentas para revelar as disparidades entre homens e mulheres, promover a equidade e embasar a formulação e monitoramento de políticas é um tema de urgência, discutido em diversas conferências globais sobre mulheres e abordado em textos acadêmicos.

Dentre as referências relevantes, destaca-se a IV Conferência Mundial da ONU sobre Mulheres (*Fourth World Conference on Women*) realizada em Pequim em 1995, que ressaltou a importância dos indicadores de gênero como instrumentos

2 “É importante sublinhar a diferença entre estatísticas desagregadas por sexo e estatísticas de gênero. A palavra “sexo” refere-se aqui às diferenças biológicas entre homens e mulheres. “Gênero”, por sua vez, refere-se às diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas com o sexo feminino ou masculino e as interações e relações sociais entre homens e mulheres” (IBGE, 2021).

essenciais para a compreensão das desigualdades de gênero e para fundamentar a implementação de políticas públicas direcionadas às mulheres.

Vera Soares (2007), no texto “Não medem a felicidade, mas são importantes no acompanhamento das políticas públicas”, destaca a relevância das estatísticas e dos indicadores de gênero na implementação e acompanhamento das políticas públicas. Demonstra, também, que, embora essas ferramentas não capturem a totalidade da vivência das mulheres, são fundamentais para identificar desigualdades e orientar ações de intervenção social.

Bila Sorj (2007), em “Pesquisas Comparativas: Uma análise crítica dos indicadores de gênero”, sublinha a importância de não apenas reunir e divulgar dados, mas também interpretá-los de forma aprofundada, considerando as diferentes dimensões das desigualdades de gênero e as particularidades do contexto em que estão inseridas.

Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é analisar a relevância das estatísticas e dos indicadores com perspectiva de gênero na compreensão das desigualdades entre homens e mulheres, com foco em demonstrar sua importância, especialmente para os(as) profissionais de Serviço Social.

Entre os objetivos específicos, propõe-se realizar uma revisão da literatura sobre os papéis de gênero, a divisão sexual do trabalho e as principais desigualdades entre homens e mulheres resultantes dessas construções sociais; definir o que são as estatísticas, indicadores e indicadores sensíveis ao gênero; apresentar alguns exemplos de indicadores de gênero estabelecidos e utilizados em âmbito internacional e nacional; apresentar e analisar informações quantitativas e qualitativas do Brasil e de Santa Catarina, que revelam as desigualdades entre homens e mulheres, de modo a enfatizar as relacionadas à dicotomia público/privado; identificar as lacunas existentes na elaboração, sistematização e divulgação de dados estatísticos e indicadores com recorte de gênero e refletir sobre a importância dessas ferramentas na atuação profissional do(a) assistente social.

Pretende-se, com este trabalho, estimular a conscientização e sensibilização, especialmente dos(as) assistentes sociais, sobre a importância das estatísticas e dos indicadores com foco no gênero para compreensão da realidade socioeconômica das mulheres, a fim de contribuir para promoção da equidade e a formulação de políticas públicas que promovam, de fato, uma sociedade mais justa e

igualitária. Para tanto, adota-se uma abordagem combinada de pesquisa, que abrange tanto a análise qualitativa quanto a quantitativa, utilizando os procedimentos técnicos de revisão bibliográfica e pesquisa documental. Para revisão bibliográfica debruçou-se sobre livros físicos e eletrônicos e artigos científicos que abordam as desigualdades de gênero, sob uma perspectiva feminista materialista, anticapitalista e antirracista, além de obras e artigos científicos que discorrem sobre estatísticas, indicadores em sentido amplo e indicadores com perspectiva de gênero. A abordagem metodológica aqui escolhida revela-se adequada ao objeto de trabalho, dado que é um procedimento “capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas” (Lima; Miotto, 2007, p.44). Por outro lado, a abordagem documental, desenvolveu-se a partir da análise de dados estatísticos com recorte de gênero, produzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), além de dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Valeu-se, para tanto, da técnica documental nessa etapa do trabalho, não porque o método escolhido responde definitivamente o problema pesquisado, mas porque proporciona uma melhor visão desse problema (Gil, 2002, p.47).

Com o propósito de facilitar a compreensão do tema, o trabalho aqui apresentado divide-se em quatro partes, para além desta introdução. Sendo assim, na segunda seção buscamos descrever o contexto histórico em que foram socialmente construídos os papéis de gênero e estabelecidos a divisão sexual de responsabilidades, pois entende-se que a historicização permite compreender por que as mulheres vivenciam desafios distintos e muitas vezes mais difíceis do que os homens. Além disso, define-se o que são as estatísticas, indicadores em sentido amplo e indicadores de gênero, ilustrado com alguns exemplos de indicadores sensíveis ao gênero estabelecidos e utilizados nacionalmente e internacionalmente. Na terceira seção, por sua vez, são apresentados e analisados alguns dados estatísticos do Brasil e de Santa Catarina, referentes ao ano de 2022, que evidenciam as disparidades entre homens e mulheres, de forma particular nos eixos da educação, dos rendimento, dos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas e

da participação política. Optou-se por explorar os dados estatísticos produzidos no referido ano, uma vez que estes representam as informações mais atuais disponibilizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Importa observar que a escolha pelos quatro eixos se justifica pela estreita ligação dessas áreas com os papéis socialmente atribuídos aos gêneros e a divisão sexual do trabalho, e por serem cenários onde as desigualdades entre homens e mulheres se manifestam de maneira mais pronunciada.

Em seguida, na quarta seção, são discutidas as lacunas existentes na elaboração, sistematização e divulgação de dados estatísticos e indicadores de gênero, que impactam diretamente na promoção da equidade entre homens e mulheres e na eficácia de políticas públicas, além de enfatizada a importância das estatísticas e dos indicadores para o(a) profissional do Serviço Social. Por fim, na conclusão, realiza-se uma análise geral do exposto e são formuladas as considerações finais.

2 GÊNERO, DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E DESIGUALDADES ENTRE HOMENS E MULHERES: compreendendo estatísticas e indicadores

A expressão “gênero” refere-se a uma construção cultural da diferença sexual que varia conforme a sociedade e o contexto histórico. De acordo com Marianne Ferber e Julie Nelson (2003, p.1 *apud* Fernandez, 2019, p.80), o termo “gênero”, que não deve ser confundido com o sexo, denota a forma como a sociedade atribui os traços de “masculinidade” ou “feminilidade” não apenas a pessoas, mas também a diversas atividades e conceitos.³

Judith Butler enfatiza que gênero é uma construção social e performativa⁴. Essa perspectiva ecoa na visão de Simone de Beauvoir (1949), que afirmou que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, implicando que o gênero é moldado por um processo social de “tornar-se” mulher.⁵

Joan Scott (1986), por sua vez, desafia as visões binárias e fixas de masculinidade e feminilidade, ao argumentar que o gênero não é simplesmente uma característica biológica ou uma descrição das diferenças entre homens e mulheres, mas sim uma construção social complexa, moldada, mantida e transmitida por normas sociais, culturais e políticas.⁶

Na contemporaneidade, essa caracterização de “masculinidade ou feminilidade” começa a ser atribuída desde o momento em que se identifica a genitália do bebê. A criança nasce e a partir de então inicia-se um processo de

³ Com base no entendimento defendido por várias autoras feministas, incluindo Simone de Beauvoir e Judith Butler, sexo refere-se às características biológicas e fisiológicas que diferenciam os corpos humanos em machos e fêmeas, geralmente determinados pelos cromossomos sexuais e órgãos reprodutores.

⁴ A citação que descreve a abordagem de Judith Butler, sobre o gênero como uma construção social e performativa, representa uma interpretação geral de suas ideias. Para uma compreensão mais aprofundada e embasada, importante a leitura do livro “Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade”, no qual Butler explora de forma extensiva como a identidade de gênero não é uma essência intrínseca, mas é construída através de performances e práticas culturais (Butler, 1990).

⁵ Simone de Beauvoir foi uma filósofa e escritora francesa que teve uma influência significativa no movimento feminista do século XX. Sua obra mais conhecida, “O Segundo Sexo” (1949), é um marco no pensamento feminista e aborda questões centrais sobre gênero, feminilidade e a condição da mulher na sociedade.

⁶ Scott, J. W. (1986). *Gender: A Useful Category of Historical Analysis*. *The American Historical Review*, 91(5), 1053–1075. Disponível em: <Gender: A Useful Category of Historical Analysis>. Acesso em: 17 out. 2023.

pedagogização sociocultural, no qual ela é estimulada a pensar, sentir e agir de acordo com os padrões estabelecidos pela sociedade.

Às meninas são associadas cor rosa e a adjetivos como frágil, sensível, passiva e maternal, além de fornecidos brinquedos e jogos infantis que reforçam o papel de mãe e dona de casa. Os meninos, por outro lado, são associados à cor azul e atribuídas características como força, independência e racionalidade, e destinados brinquedos que reforçam a soberania e a valentia. Essas representações foram intensificadas no Brasil, com o avanço da extrema direita, durante o governo Bolsonaro, exemplificadas pela declaração da então ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, ao afirmar que o Brasil ingressou em uma "nova era" na qual "menino veste azul e menina veste rosa". A prática desses papéis de gênero, com início no nascimento e continuidade ao longo da vida, fortalecem as relações sociais desiguais de poder entre homens e mulheres.

As desigualdades de gênero se manifestam em vários aspectos da vida social das mulheres, sendo a divisão sexual do trabalho um dos eixos onde ela se evidencia.

Danièle Kergoat (2009) conceitua a divisão sexual do trabalho como um processo social e cultural, que estabelece e reproduz uma distribuição desigual de tarefas e funções entre homens e mulheres com base no gênero. Essa divisão não é determinada exclusivamente por diferenças biológicas, mas fundamentalmente moldada por normas, valores e expectativas sociais construídas ao longo do tempo. Assim, convém reproduzir *ipsis litteris* o entendimento da autora.

As condições em que vivem homens e mulheres não são produtos de um destino biológico, mas, sobretudo, construções sociais. Homens e mulheres não são uma coleção – ou duas coleções – de indivíduos biologicamente diferentes. Eles formam dois grupos sociais envolvidos numa relação social específica: as relações sociais de sexo. Estas, como todas as relações sociais, possuem uma base material, no caso o trabalho, e se exprimem por meio da divisão social do trabalho entre os sexos, chamada, concisamente, divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2009, pg. 67).

Ao longo da história, diversas formas de separação de trabalho entre homens e mulheres existiram, inicialmente baseadas em habilidades físicas e biológicas. Os homens frequentemente se envolviam em tarefas que exigiam força física, como a caça, enquanto as mulheres cuidavam da família e das atividades relacionadas ao

lar. Essas funções eram muitas vezes fundamentadas em mitos e histórias que reforçam a ideia da superioridade de um gênero sobre o outro.

Durante a Idade Média, o sistema feudal influenciou fortemente os papéis de gênero. Os homens, especialmente da nobreza, tinham papéis de liderança e/ou guerreiros, enquanto as mulheres eram frequentemente relegadas a papéis domésticos. Nesse período, a igreja católica exerceu uma grande influência sobre a divisão de papéis, o que auxiliou na consolidação da visão da mulher como submissa ao homem, baseada em interpretações religiosas.

A Revolução Industrial foi marcada pela divisão social do trabalho, com a separação entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, e entre as esferas pública e privada, com as mulheres destinadas, em virtude das características biológicas, às atividades reprodutivas e à administração do lar, ao passo que ao homem foi reservado o trabalho produtivo e remunerado na esfera pública. “Tal ordenação social com base no gênero foi exemplarmente capturada pelo antigo adágio, consoante o qual ‘o lar do homem é o mundo e o mundo da mulher é o lar’” (Fernandez, 2019, p. 80).

Silvia Federici (2017; 2019; 2021), em diversas obras, explora a distinção e realiza uma análise crítica entre o trabalho produtivo e reprodutivo. Para Federici, em linhas gerais, o trabalho produtivo geralmente está associado à esfera pública, sendo remunerado e visível, como empregos formais e atividades industriais e de comércio. Esse tipo de trabalho contribui diretamente para a produção de bens e serviços na economia. Por outro lado, o trabalho reprodutivo se encontra na esfera privada, não é remunerado e muitas vezes invisível, englobando as atividades de cuidado com a casa, a família, os filhos e os idosos. A autora questiona a divisão convencional entre essas esferas de trabalho e destaca que essa forma de separação acabou por ampliar a lacuna de poder e status entre homens e mulheres, de forma a estabelecer uma base para as desigualdades de gênero nas esferas econômica e social⁷.

⁷ Embora Marx tenha destacado as desigualdades de gênero e o domínio patriarcal na vida das mulheres, especialmente na família burguesa, é notável que o conceito de “gênero” não foi um foco central em sua análise crítica da economia política. Mesmo em suas obras principais, como *O'Capital*, as questões de gênero são abordadas de forma periférica, inferidas a partir de observações dispersas. Marx em *O'Capital* não explora explicitamente aspectos de gênero nos pontos em que seriam mais esperadas, como nos capítulos sobre divisão social do trabalho, salários e reprodução da mão de obra. Ao considerar a existência de uma divisão sexual do trabalho na família, Marx apenas observa que essa divisão tem uma base fisiológica, contudo, deixa de especificar – ao contrário das

Em suma, a construção social de papéis de gênero, que atribuem o caráter de masculinidade ou feminilidade às pessoas e atividades, foi capaz de tão somente polarizar os “gêneros”, ao nortear uma dinâmica de relação e poder sempre favorável aos homens, especialmente na divisão sexual do trabalho, onde as mulheres foram designadas como as principais responsáveis pelos cuidados com a casa, filhos, idosos e doentes, que limitam, por vezes, o seu desenvolvimento social e econômico.

Embora tenham sido feitos avanços consideráveis na situação das mulheres e na desconstrução dos papéis atribuídos ao gênero, é inegável que tais construções ainda persistem, exercendo profunda influência sobre as interações sociais, políticas e econômicas. A desigualdade salarial permanece uma realidade, com as mulheres recebendo, em média, menos que os homens para funções semelhantes. A sobrecarga de trabalho no âmbito doméstico, juntamente à sub-representação das mulheres em cargos de liderança e na política, evidenciam a presença desses papéis socialmente construídos que impactam negativamente a vida das mulheres. Esta realidade foi destacada na Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial da ONU Sobre a Mulher, que assim observou:

Constatamos que a situação da mulher progrediu em alguns aspectos importantes na última década, mas que esse progresso tem sido irregular, pois persistem desigualdades entre homens e mulheres e continuam a existir grandes obstáculos, com sérias consequências para o bem-estar de todos (Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, 1995).

Compreender a formação sócio-histórica dos papéis de gênero e como essa construção influencia nas desigualdades entre homens e mulheres é essencial para o desenvolvimento de ferramentas eficazes e, conseqüentemente, de políticas públicas que promovam, efetivamente, a equidade de gênero⁸.

justificativas que naturalizam a “feminilidade” e as relações familiares – que essa fisiologia é sempre mediada e influenciada por construções sociais e culturais, ao afirmar que: “*Numa família [...] surge uma divisão natural-espontânea do trabalho fundado nas diferenças de sexo e de idade, ou seja, sobre uma base puramente fisiológica*” (Karl Marx, *O Capital*, Livro I, cit., p.425). No entanto, apesar dessas limitações, é inegável que seu método materialista histórico não contribuiu apenas para desconstrução das hierarquias e identidades de gênero, como também demonstrou que a “natureza humana” é um produto da ação social. A análise de Marx sobre o capitalismo ofereceu instrumentos para refletir tanto sobre as formas específicas de exploração às quais as mulheres têm sido submetidas na sociedade capitalista, como no que diz respeito à interconexão entre gênero, raça e classe. O legado de Marx abriu caminho para uma compreensão mais aprofundada das complexas relações entre gênero, economia e poder na sociedade capitalista (Federici, 2021).

⁸ Neste ponto do trabalho, é crucial ressaltar a distinção entre “igualdade” e “equidade”. De acordo com informações disponíveis no site do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

A desconstrução dos estereótipos de gênero, assim como a coleta, disseminação e utilização de dados estatísticos e indicadores que revelam a realidade das desigualdades enfrentadas pelas mulheres, constituem passos cruciais na trajetória em busca de uma sociedade mais igualitária.

As desigualdades são uma realidade persistente em nossa sociedade, manifestando-se através de diversas disparidades. Portanto, para compreender e abordar essas e outras expressões da questão social de forma embasada é essencial recorrer a instrumentos como as estatísticas e os indicadores.

Essas ferramentas, que representam a espinha dorsal na busca por uma sociedade mais justa e igualitária, proporcionam uma visão abrangente e fundamentada sobre diversos aspectos socioeconômicos. Além de identificarem de maneira clara e objetiva, por exemplo, as disparidades entre homens e mulheres, as estatísticas e indicadores fornecem informações essenciais para o desenvolvimento de políticas assertivas e avaliação do impacto das políticas existentes. Isso permite que os programas e políticas sejam mais eficazes e alcancem seus objetivos de maneira direcionada.

As estatísticas e indicadores também ajudam a basear as decisões políticas em evidências sólidas, pois reduzem a subjetividade e possibilitam um progresso verdadeiro e sustentável na direção de uma sociedade onde todos tenham oportunidades iguais. Não obstante, promovem a transparência nas ações governamentais e em outras instituições, e permitem que a sociedade exerça o controle social, monitore e cobre responsabilidades.

Em suma, tanto as estatísticas quanto os indicadores desempenham um papel crucial na compreensão da dinâmica social e na análise dos impactos da gestão sob múltiplos enfoques. Portanto, a familiaridade com essas bases quantitativas se torna cada vez mais urgente para alcançar resultados qualitativos fundamentados.

(TJDFT), a igualdade é fundamentada no princípio da universalidade, ou seja, que todos devem ser regidos pelas mesmas regras e devem possuir os mesmos direitos e deveres. Por outro lado, a equidade reconhece que não somos todos iguais e que é necessário um tratamento diferenciado para alcançar uma verdadeira igualdade. Moranga, V. J. (s/d). Disponível em: <Diferença entre Igualdade e Equidade — Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios>. Acesso em: 19 out. 2023.

2.1 AS ESTATÍSTICAS E O SEU PAPEL NA CONSTRUÇÃO DE INDICADORES

As estatísticas e os indicadores são peças fundamentais para analisar e compreender as características sociais e econômicas de uma sociedade, além de servirem como ferramentas estratégicas na formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos. No entanto, esses mecanismos apresentam diferenças em termos de definição e aplicação. Nesse contexto, é essencial proceder com a distinção entre ambos.

De acordo com a explicação de Paulo Martino Jannuzzi (2006), as estatísticas provenientes de fontes como Censos Demográficos, pesquisas amostrais ou registros administrativos de órgãos governamentais “correspondem ao dado social na sua forma bruta, não inteiramente contextualizado em uma Teoria Social ou uma Finalidade Programática, só parcialmente preparado para uso na interpretação empírica da realidade” (Jannuzzi, p.16, 2006).

Para Alfredo Alves de Farias, José Francisco Soares e Cibele Comini César (2003), a estatística é uma ciência que se dedica ao desenvolvimento e ao uso de métodos para a coleta, resumo, organização, apresentação e análise de dados.

Karla Júlia Marcelino (2010), por sua vez, oferece uma definição abrangente, ao esclarecer que a estatística vai além de um ramo da matemática que investiga processos de obtenção, organização e análise de dados sobre uma população específica. Ela se estende a uma ciência multidisciplinar, permitindo a análise estatística de dados em diversas áreas, desde física até ciências sociais e humanas.

Para exemplificar essas definições, insta considerar a coleta de dados sobre a participação feminina no mercado de trabalho (dados estatísticos). Embora esses dados possam incluir o número total de mulheres inseridas no mercado de trabalho, essas informações estão em um estágio preliminar de preparação para utilização efetiva. No entanto, essas informações são úteis para construção de indicadores que possibilitam uma apreciação mais contextualizada e comparativa da realidade social, como a taxa de participação no mercado de trabalho por gênero (indicador), que é uma medida específica calculada a partir desses dados.

Em suma, as estatísticas configuram-se como matéria prima essencial no processo de construção de um indicador.

2.2 UMA ANÁLISE SOBRE OS INDICADORES EM SENTIDO AMPLO

Os indicadores, de maneira ampla, referem-se a medidas ou métricas, em geral, quantitativas, que representam ou mensuram uma situação mais abrangente, complexa e abstrata por meio de um conjunto específico de dados estatísticos. Esses indicadores são construídos a partir da análise e interpretação dos dados, de forma a proporcionar uma visão mais clara e elucidativa do que está sendo avaliado.

Os indicadores desempenham um papel fundamental em diversas áreas, incluindo o Serviço Social, e podem ser “expressos como taxas, proporções, médias, índices, distribuição por classe e também por cifras absolutas” (Jannuzzi, p.16, 2006).

Conforme Paulo Martino Jannuzzi (2006), os indicadores podem abranger tanto a totalidade da população quanto grupos sociodemográficos específicos. Além disso, eles podem ser categorizados de acordo com as diversas aplicações a que se destinam, sendo comum classificá-los conforme a área temática da realidade social a que se referem.

Outra abordagem de classificação diz respeito à diferenciação entre indicadores objetivos e subjetivos, também conhecidos como quantitativos e qualitativos, respectivamente. Os indicadores objetivos estão relacionados a aspectos mensuráveis e quantificáveis da realidade, como a taxa de escolaridade das mulheres. Em contrapartida, os indicadores subjetivos refletem aspectos qualitativos da realidade, relacionados às percepções, opiniões e experiências subjetivas das pessoas. Esses dados são frequentemente encontrados em pesquisas de opinião pública ou grupos de discussão. Um exemplo de indicador subjetivo é o Índice de Percepção de Igualdade de Gênero. Em um caso hipotético, esse índice poderia ser utilizado para levantar percepções dos indivíduos sobre a divisão de tarefas domésticas e/ou cuidado de pessoas, participação política, entre outros aspectos relacionados ao gênero.

Além disso, os indicadores podem ser agregados, combinando alguns deles em um único indicador, denominado índice sintético. Essa estratégia é comumente utilizada quando se busca refletir sobre fenômenos multidimensionais, como as desigualdades de gênero. Essa abordagem fornece uma visão mais ampla e

integrada dessas realidades complexas, de modo a permitir uma compreensão mais abrangente dos diversos aspectos envolvidos.

Para além de todas essas classificações, ainda existe o sistema de indicadores, que é uma composição de várias medidas e variáveis, que busca um delineamento abrangente de determinadas temáticas, conforme ressaltado por Marilane Oliveira Teixeira (2012). Um exemplo dessa classificação é o modelo de sistema de indicadores não androcêntricos apresentado por Cristina Carrasco (2006) no estudo “Estatísticas sob Suspeita: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres”,⁹ que oferece uma perspectiva inovadora e crítica sobre a construção de um sistema de indicadores, que visa compreender e analisar a realidade das mulheres sob múltiplas dimensões.

Os indicadores de gênero podem ser configurados tanto como índice sintético, quanto como parte de um sistema de indicadores. A classificação dependerá da forma como são construídos e utilizados. Nesse caso, os indicadores de gênero podem ser integrados a um índice sintético que busca medir, de maneira resumida, aspectos relacionados ao gênero, ou podem fazer parte de um sistema mais amplo de indicadores que abordam questões sociais e econômicas, incluindo a dimensão de gênero. No estudo de Cristina Carrasco (2006) é oferecida uma análise crítica dos aspectos favoráveis e desfavoráveis na concepção e aplicação de indicadores sintéticos ou de sistemas de indicadores, especificamente ao abordar a situação das mulheres em diversos domínios da vida, tais como economia, trabalho, saúde e educação.

2.3 COMPREENDENDO OS INDICADORES DE GÊNERO

Os indicadores de gênero são um subconjunto específico de indicadores sociais. Eles se concentram na medição das desigualdades, diferenças e dinâmicas entre homens e mulheres em uma variedade de áreas, como educação, saúde, emprego, participação política, distribuição de tarefas domésticas e/ou cuidado de

⁹ Título original: *Estadístiques sota sospita: proposta de nous indicadors des de l'experiència femenina*. CARRASCO, Cristina (2006). Disponível em: <l'experiència femenina Estadístiques sota sospita. Proposta de nous indicadors des de l'experiència femenina Estadístique >. Acesso em: 28 out. 2023.

peçoas, acesso a recursos, entre outras. Esses indicadores são fundamentais para compreender e avaliar a equidade de gênero, ao permitir identificar áreas onde ainda persistem disparidades e discriminação com base no gênero.

Conforme destacado por Marilane Oliveira Teixeira (2012), os indicadores de gênero representam uma abordagem relativamente recente. Foi somente a partir de meados da década de 1990, que a produção de índices levando em consideração a variável sexo ganhou relevância. Nesse período, a Organização das Nações Unidas (ONU) desenvolveu os primeiros índices com recorte de gênero. Esse marco histórico representou o reconhecimento da necessidade de mensurar e avaliar as desigualdades de gênero em nível internacional.

Desde então, diversos índices sintéticos foram criados para mensurar a desigualdade entre homens e mulheres em diversas áreas. Alguns dos índices de gênero mais conhecidos incluem o *Gender-related Development Index (GDI)* e o *Gender Empowerment Measure (GEM)*, que foram reajustados, formando o *Gender Inequality Index (GII)*¹⁰, o *Gender Gap Index (GGI)*, o *Gender Equity Index (GEI)*; o *Social Institutions and Gender Index (SIGI)*; o *Women's Economic Opportunities Index (WEOI)* e o *Sustainable Development Goals – Gender Index (SDG)*.

Para aprofundar a compreensão dos índices de gênero mencionados anteriormente, o Quadro 1 apresenta em ordem cronológica uma lista contendo o nome do índice em português, a sigla em inglês, a instituição responsável e o foco de cada um desses índices.

¹⁰ Em 1995, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) elaborou os indicadores *Gender-Related Development Index (GDI)* e *Gender Empowerment Measure (GEM)*. Entretanto, ambas as medidas possuíam restrições quanto à mensuração da desigualdade de gênero. Assim, no ano de 2010, o PNUD substituiu o *GDI* e o *GEM* pelo *Gender Inequality Index (GII)*, uma combinação dos índices anteriores que pretende solucionar suas limitações (UNDP, 2023). Disponível em: <Frequently Asked Questions: the Gender Inequality Index (GII)>. Acesso em: 21 out. 2023.

Quadro 1 – Índices sintéticos de gênero

Índice	Sigla	Instituição Proponente	Objetivo
Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Gênero	<i>GDI</i>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - 1995	Avalia a desigualdade de gênero com base em indicadores de desenvolvimento humano (IDH), como expectativa de vida, anos médios de escolaridade e renda per capita.
Medida de Empoderamento das Mulheres	<i>GEM</i>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - 1995	Avalia a participação e representação das mulheres na tomada de decisões econômicas e políticas.
Índice Global de Disparidades entre Gêneros	<i>GGI</i>	Fórum Econômico Mundial (FEM) - 2006	Mede a desigualdade de gênero em diversos países com base em indicadores econômicos, de saúde, educação e participação política.
Índice de Equidade de Gênero	<i>GEI</i>	Elaborado pela sociedade civil, por meio do trabalho da Rede Social <i>Watch</i> – 2007	Mede as disparidades de gênero em áreas como educação, empoderamento e participação econômica.
Índices de Instituições Sociais e Gênero	<i>SIGI</i>	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) -2009	Analisa a discriminação contra a mulher em instituições sociais.
Oportunidade Econômica para as Mulheres	<i>WEOI</i>	<i>Economist Intelligence Unit</i> – 2010	Analisa, entre outras questões, a regulamentação do mercado de trabalho, a legislação trabalhista e previdenciária, bem como o acesso ao crédito.
Índice das Desigualdades de Gênero	<i>GII</i>	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) - 2010	Mede a desigualdade de gênero a partir de três dimensões: saúde reprodutiva, empoderamento e participação no mercado de trabalho.
Índice de Gênero dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	<i>SDG</i>	Organização das Nações Unidas (ONU) - 2015	Mede o grau de realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ¹¹ que têm um impacto direto na promoção da igualdade de gênero e no empoderamento das mulheres.

Fonte: PNUD (2023); WEF (2023); Social Watch (2012); OCDE (2023); EIU (2023); EM2030 (2023). Elaborado pela autor

¹¹ Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecidos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, representam uma coleção de 17 metas, que constituem um apelo global, e visa a erradicação da pobreza, a proteção do meio ambiente e do clima, a promoção da paz, prosperidade e bem-estar para todas as pessoas, todos os lugares. Dentre as 17 metas encontra-se o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, que busca alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. ONU Brasil. (s.d.). Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: <Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil>. Acesso em: 19 out. 2023.

Embora esses índices apresentem limitações e alguns já não estejam mais em operação, eles proporcionam uma visão comparativa das condições de desigualdades entre homens e mulheres em várias áreas e em escala global. Inobstante, desempenham um papel significativo na criação de outras ferramentas destinadas a mensurar as dimensões dessas desigualdades de maneira mais abrangente. Um exemplo é o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero (CMIG) (*Minimum Set of Gender Indicators – MSGI*), elaborado com o objetivo de fornecer uma estrutura padronizada de indicadores para medir e avaliar a igualdade de gênero em diferentes áreas e contextos. Atualmente, o CMIG tem desempenhado um papel orientador para diversos países, incluindo o Brasil, na produção de estatísticas mais aprofundadas relacionadas ao gênero e empoderamento feminino (IBGE, 2021).

Dada a relevância desse conjunto de indicadores, que servem nacional e internacionalmente como parâmetro para a produção de estatísticas de gênero destinadas a mensurar e avaliar a disparidade entre homens e mulheres, o próximo segmento aprofunda a compreensão sobre essa importante ferramenta, com ênfase no contexto histórico em que foi proposto, suas principais definições e características, além de destacar como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aplica as diretrizes do CMIG para traçar um panorama das desigualdades de gênero no país.

2.4 CMIG: O CONJUNTO DE INDICADORES DE GÊNERO DE USO (INTER)NACIONAL

A IV Conferência Mundial sobre Mulheres (*Fourth World Conference on Women*), realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), na cidade de Pequim, em setembro de 1995, representou um marco importante no avanço dos direitos das mulheres e na promoção da igualdade de gênero. Seguindo o tema “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, a Conferência de Pequim partiu de uma avaliação dos progressos obtidos desde as conferências anteriores (Nairóbi, 1985; Copenhague, 1980; e México, 1975) e da identificação dos desafios a serem superados, para garantir que as mulheres possam desfrutar plenamente de

seus direitos e alcançar seu desenvolvimento integral como indivíduos (Viotti, 2013).¹²

Um dos principais legados da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher foi a criação da Plataforma de Ação de Pequim. Um documento estratégico e abrangente que introduziu três conceitos-chave com potencial transformador na luta pela promoção da situação e dos direitos da mulher em todo o mundo. Esses conceitos incluem o entendimento de gênero, a noção de empoderamento e a abordagem da transversalidade.

O conceito de gênero facilitou a transição de uma análise da situação da mulher centrada em aspectos biológicos para uma compreensão das relações entre homens e mulheres como produtos de padrões específicos sociais e culturalmente, sujeitos a modificações. As relações de gênero, intrinsecamente vinculadas ao poder, tornaram-se o ponto central para superar padrões de desigualdade. O empoderamento da mulher, um dos objetivos centrais da Plataforma de Ação, destacou a importância de as mulheres exercerem controle sobre seu desenvolvimento, sendo responsabilidade do governo e da sociedade criar condições e fornecer suporte nesse processo. A noção de transversalidade, por seu turno, buscou garantir que a perspectiva de gênero seja integrada às políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental. Essas inovações conceituais, somaram-se a ênfase no tratamento da situação da mulher sob a perspectiva de direitos, reconhecendo que a desigualdade entre homens e mulheres é uma questão de direitos humanos, e não apenas uma situação decorrente de problemas econômicos e sociais a serem superados (Viotti, 2013). Além dessas inovações conceituais, a Plataforma de Ação de Pequim ainda distribuiu metas e estratégias para promover os direitos das mulheres em doze áreas prioritárias, elencadas no Quadro 2.

12 VIOTTI, Maria Lúza Ribeiro. Apresentação. In: Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Pequim, 1995. Disponível em: <Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher>. Acesso em: 21 out. 2023.

Quadro 2 – Áreas de preocupação prioritária da Plataforma de Ação de Pequim

Área	Preocupação
1. Mulheres e Pobreza	- Peso persistente e crescente da pobreza sobre a mulher
2. Educação e Capacitação	- Desigualdades e inadequações na educação e na formação profissional e acesso desigual às mesmas
3. Saúde	- Desigualdades e inadequações em matéria de serviços de saúde e outros afins e acesso desigual aos mesmos.
4. Violência contra Mulheres	- Todas as formas de violência contra a mulher
5. Conflitos Armados	- Consequências para as mulheres, principalmente as que vivem em áreas sob ocupação estrangeira, de conflitos armados ou outros tipos de conflitos.
6. Economia	- Desigualdade nas estruturas e políticas econômicas, em todas as atividades produtivas e no acesso aos recursos
7. Tomada de Decisão	- Desigualdade entre mulheres e homens no exercício do poder e na tomada de decisões em todos os níveis
8. Mecanismos Institucionais	- Ausência de mecanismos suficientes, em todos os níveis, para promover o avanço das mulheres
9. Direitos Humanos das Mulheres	- Desrespeito de todos os direitos humanos das mulheres e sua promoção e proteção insuficiente
10. Meios de Comunicação	- Imagens estereotipadas das mulheres nos meios de comunicação e na mídia e desigualdade de seu acesso aos mesmos e participação neles
11. Meio Ambiente	- Desigualdades de gênero na gestão dos recursos naturais e na proteção do meio ambiente
12. Meninas	- Persistência da discriminação contra a menina e violação de seus direitos

Fonte: Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher (1995).
Elaborado pela autora.

Essas Áreas de Preocupação Prioritárias da Plataforma de Ação de Pequim forneceram uma estrutura global para identificar, medir e abordar as desigualdades de gênero em todo o mundo. Serviu, por conseguinte, de base para governos, organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e agências internacionais desenvolverem indicadores com recortes de gênero que ajudam a medir o progresso e as lacunas nas questões de gênero.

A Comissão de Estatística das Nações Unidas (*United Nations Statistical Commission – UNSC*) é um exemplo de órgão intergovernamental que se baseou nas diretrizes fornecidas pelas Áreas de Preocupação Prioritárias de Pequim e nos índices de gênero desenvolvidos nas décadas de 1990 e 2000 para elaborar um conjunto abrangente de indicadores, “para servir de parâmetro na mensuração da desigualdade de gênero por países e regiões” (IBGE, 2021, p.5).

Assim, no ano de 2013, em meio a um cenário de crescente reconhecimento da importância de sistematizar informações relevantes sobre o progresso em questões de igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres, foi elaborado de forma colaborativa o Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero - CMIG (Minimum Set of Gender Indicators - MSGI), composto por 63 indicadores (52 quantitativos e 11 qualitativos), organizados em cinco domínios relacionados a uma ou mais áreas de concentração da Plataforma de Ação de Pequim de 1995: Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos; Educação; Saúde e serviços relacionados; Vida pública e tomada de decisão; e Direitos humanos das mulheres e meninas. Desde então, o CMIG orienta países e organizações na coleta de dados estatísticos relacionados ao gênero, de modo a possibilitar a compreensão das disparidades e a formulação de políticas públicas direcionadas à promoção da igualdade.

O Brasil, além de integrar desde o ano de 2012 o Grupo Interinstitucional de Peritos em Estatísticas de Gênero (*Inter-Agency and Expert Group on Gender Statistics – IAEG-GS*)¹³, coordenado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Division – UNSD), é um dos diversos países que, tendo como parâmetros os metadados do CMIG, analisa as condições de vida das mulheres.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) é uma das instituições responsáveis por produzir e analisar os indicadores do CMIG para o Brasil. No ano de 2018, o IBGE trouxe a público o estudo “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, onde divulgou, pela primeira vez, os resultados dos indicadores produzidos pelo instituto com base nas diretrizes do CMIG. Em 2021, com fins atualizar a produção e análise desses indicadores e dar continuidade à divulgação de informações sobre as desigualdades de gênero no país, o IBGE lançou a segunda edição deste estudo.

Entretanto, dos 52 indicadores quantitativos sugeridos como parâmetro no CMIG, o IBGE, no ano de 2018, conseguiu formular apenas 38 indicadores, já em

¹³ “o Grupo Interinstitucional de Peritos em Estatísticas de Gênero (Inter-Agency and Expert Group on Gender Statistics – IAEG-GS), coordenado pela Divisão de Estatística das Nações Unidas (United Nations Statistical Division – UNSD) e composto por representantes dos programas de estatísticas de gênero de instituições internacionais, regionais e nacionais. São objetivos desse grupo acordar áreas prioritárias no debate sobre desigualdades de gênero e fortalecer as capacidades estatísticas para produção de informações relevantes para a temática” (IBGE, 2021).

2021, foram construídos 36, complementados por outros sete indicadores substitutos aos originalmente propostos sem disponibilidade de dados no país. A impossibilidade de abranger a totalidade dos 52 indicadores quantitativos previstos como referência pelo CMIG ocorreu, em grande parte, pela ausência de metodologia adequada para alguns deles. Em algumas situações, mesmo diante da ausência de metadados, foi possível criar indicadores com base em abordagens utilizadas em pesquisas domiciliares, registros administrativos ou fontes oficiais relacionadas a cada tema. Em outros casos, foram feitas adaptações para preencher lacunas de informações. Contudo, um grupo de indicadores não pôde ser elaborado devido ao alto grau de detalhamento necessário ou à falta de dados em registros administrativos. Diante disso, foram desenvolvidos os indicadores complementares e incluídas desagregações adicionais como Unidades da Federação, cor ou raça, grupos etários, com intuito de ampliar as possibilidades de análise e compensar a falta de indicadores CMIG que não estavam disponíveis (IBGE, 2018, p.9; 2021, p.5).

Essas desagregações adicionais assumem papel relevante, pois permitem mensurar as desigualdades de gênero por múltiplos enfoques, conforme evidenciam diversos estudos sobre interseccionalidades (IBGE, 2021).

Corroborar com esse entendimento Joan Scott (1986), quando destaca a importância de considerar o gênero como uma categoria analítica que deve ser articulada a outras, como classe e raça ou cor, a fim de compreender como as sociedades apresentam diferenças e desigualdades, e também elucidar como essas diferenças são justificadas, perpetuadas e contestadas.

A seguir, o Quadro 3 apresenta o resumo dos indicadores nacionais produzidos pelo IBGE em 2021, seguindo as diretrizes do Conjunto Mínimo de Indicadores de Gênero, mantendo a numeração do CMIG e organizado por grupos temáticos. Neste quadro, os indicadores complementares não apresentam numeração e são referidos como “Extras”, enquanto os indicadores que não foram elaborados são identificados com a numeração do CMIG e referenciados como “Indicadores não disponíveis”. A opção por destacar apenas os indicadores produzidos pelo IBGE em 2021 justifica-se pela maior abrangência em relação aos elaborados em 2018. Alguns desses indicadores serão utilizados na seção três, como ferramentas para evidenciar as disparidades entre homens e mulheres no

Brasil e em Santa Catarina, nos eixos da educação, dos rendimentos, dos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas e da participação política, no ano de 2022.

Quadro 3 – Resumo dos indicadores nacionais de gênero (2021) produzidos pelo IBGE, conforme as diretrizes do CMIG

INDICADOR CGMI – GRUPO TEMÁTICO:	
Nº	(Estruturas econômicas, participação em atividades produtivas e acesso a recursos)
1	Número médio de horas semanais dedicadas aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo, idade e localização geográfica.
2	Número médio de horas combinadas no trabalho remunerado e nos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos (carga total de trabalho), por sexo.
3	Taxa de participação na força de trabalho para pessoas de 15 anos ou mais, por sexo.
4	Proporção de pessoas ocupadas que são trabalhadores por conta própria, por sexo.
5	Proporção de pessoas ocupadas em ajuda a pessoa do domicílio, por sexo.
6	Proporção de pessoas ocupadas que são empregadores, por sexo.
7	Percentual de unidades produtivas de propriedade de mulheres, por tamanho (INDICADOR NÃO DISPONÍVEL)
8	Distribuição percentual da população ocupada por sexo, segundo setor de atividade econômica (Agropecuária, Indústria, Serviços).
9	Proporção de pessoas ocupadas em trabalhos informais em relação ao total de pessoas ocupadas em atividades não agrícolas, por sexo.
10	Taxa de desocupação de pessoas de 15 a 24 anos, por sexo, idade, cor ou raça e pessoas com deficiência.
11	Proporção de população com acesso ao crédito, por sexo (INDICADOR NÃO DISPONÍVEL)
12	Proporção de população adulta que possui terra, por sexo (INDICADOR NÃO DISPONÍVEL)
13	Rendimento entre homens e mulheres, por grupos ocupacionais, idade e pessoas com deficiência.
14	Proporção de ocupados em trabalho por tempo parcial, por sexo.
15	Nível de ocupação de pessoas de 25 a 49 anos, por presença de criança com até 3 anos no domicílio, por sexo.
16	Proporção de crianças com até 3 anos que frequentam escola ou creche, por sexo..
17	Proporção de pessoas que utilizaram a Internet nos últimos três meses, por sexo.
18	Proporção de pessoas que possuem telefone móvel celular, por sexo.
19	Proporção de domicílios com acesso aos meios de comunicação (TV, Internet), por sexo do responsável pelo domicílio.
*	Proporção de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas no trabalho doméstico. (EXTRA)
*	Proporção de pessoas de 14 anos ou mais ocupadas como empregadores ou como conta própria com CNPJ. (EXTRA)
INDICADOR CGMI – GRUPO TEMÁTICO: (Educação)	
20	Taxa de alfabetização de pessoas de 15 a 24 anos, por sexo.
21	Taxa ajustada de frequência escolar líquida ajustada nos anos iniciais do ensino fundamental, por sexo.
22	Taxa de frequência escolar bruta de pessoas de 11 a 14 anos e de 15 a 17 anos, por sexo
23	Taxa de frequência escolar bruta de pessoas de 18 a 24 anos, por sexo.

24	Índice de paridade de gênero da taxa de frequência escolar bruta, por grupos de idade
25	Proporção de mulheres graduadas nas áreas de ciência, tecnologia, engenharia e matemática no ensino superior
26	Proporção de mulheres entre docentes (em exercício e afastado) de ensino superior.
27	Percentual de pessoas de 6 anos que frequentam a escola, por sexo
28	Taxa de conclusão nos anos iniciais do ensino fundamental, por sexo.
29	Taxa bruta de conclusão nos anos finais do ensino fundamental, por sexo (INDICADOR NÃO DISPONÍVEL)
30	Taxa efetiva de transição dos anos iniciais do ensino fundamental para ensino médio (programas gerais), por sexo (INDICADOR NÃO DISPONÍVEL)
31	Nível de instrução da população de 25 anos ou mais, por sexo.
*	Índice de paridade de gênero das taxas ajustadas de frequência escolar líquida, por grupos de idade. (EXTRA)
INDICADOR CGMI – GRUPO TEMÁTICO: (Saúde e serviços relacionados)	
32	Prevalência contraceptiva entre mulheres casadas ou em união, de 18 a 49 anos, que tiveram relações sexuais nos últimos 12 meses e que não estavam na menopausa.
33	Taxa anual de mortalidade de pessoas menores de 5 anos, por sexo.
34	Taxa de mortalidade materna (INDICADOR NÃO DISPONÍVEL)
35	Cobertura de cuidado pré-natal entre mulheres de 18 a 49 anos.
36	Proporção de partos atendidos por profissionais de saúde especializados, entre mulheres de 18 a 49 anos..
37	Prevalência de tabagismo entre pessoas de 15 anos ou mais, por sexo.
38	Proporção de pessoas de 20 anos ou mais, obesas, por sexo.
39	Participação das mulheres no total de pessoas de 15 a 49 anos vivendo com HIV/AIDS (INDICADOR NÃO DISPONÍVEL)
40	Acesso à droga antirretroviral, por sexo (INDICADOR NÃO DISPONÍVEL)
41	Expectativa de vida aos 60 anos de idade, por sexo.
42	Mortalidade adulta por causa e faixa etária (INDICADOR NÃO DISPONÍVEL)
INDICADOR CGMI – GRUPO TEMÁTICO: (Vida pública e tomada de decisão)	
43	Participação de mulheres nos cargos ministeriais do governo.
44	Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara dos Deputados.
*	Proporção de mulheres entre os parlamentares eleitos para Câmaras de Vereadores. (EXTRA)
45	Participação das mulheres nos cargos gerenciais.
46	Proporção de policiais mulheres, militares e civis.
*	Proporção de mulheres entre os candidatos para a Câmara dos Deputados. (EXTRA)
*	Candidaturas para a Câmara dos Deputados e proporção de candidaturas de mulheres, por classes de receita da candidatura. (EXTRA)
47	Porcentagem de Magistrados Mulheres (INDICADOR NÃO DISPONÍVEL)
INDICADOR CGMI – GRUPO TEMÁTICO: (Direitos humanos das mulheres e meninas)	

48	Proporção de mulheres alguma vez unidas (15 a 49 anos) sujeitas a violência física e/ou sexual por parceiro íntimo atual ou anterior, nos últimos 12 meses (INDICADOR NÃO DISPONÍVEL)
49	Proporção de mulheres (15 a 49 anos) submetidas a violência sexual por pessoa que não seja parceiro íntimo, desde 15 anos de idade (INDICADOR NÃO DISPONÍVEL)
50	Prevalência de mutilação/corte genital feminino (apenas para países relevantes) (INDICADOR NÃO DISPONÍVEL)
51	Casamentos, total e por grupos de idade do cônjuge feminino e masculino, segundo o lugar do registro ¹⁴ .
52	Taxa específica de fecundidade de mulheres de 15 a 19 anos.
*	Número e taxa de homicídios, por local de ocorrência do incidente, por sexo e cor ou raça ¹⁵ . (EXTRA)
*	Municípios com serviços especializados de enfrentamento à violência contra mulheres ¹⁶ . (EXTRA)

Fonte: Estatísticas de Gênero – Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil, 2ª Edição. Notas Técnicas do IBGE (2021). Elaborado pela autora.

Na seção subsequente apresentam-se alguns dados quantitativos e qualitativos do Brasil e de Santa Catarina, levantados com base nos indicadores nacionais de gênero (2021) do IBGE, que revelam as desigualdades entre homens e mulheres, nos eixos da educação, dos rendimentos, dos afazeres domésticos e/ou cuidados de pessoas e da participação política, no ano de 2022. A escolha por apresentar e analisar os dados estatísticos sobre as disparidades de gênero neste ano e esses eixos se justifica pela forte ligação desses domínios com os papéis de gênero e a divisão sexual do trabalho, historicamente construídas, além de serem as informações mais atuais sobre as temáticas disponibilizados pelos órgãos competentes.

¹⁴ Esse indicador foi proposto como uma *proxy* do indicador “Proporção de mulheres de 20 a 24 anos de idade, casadas ou em união antes dos 18 anos de idade” (IBGE, 2021).

¹⁵ Os homicídios de mulheres ocorridos dentro das residências são comumente utilizados como *proxy* de feminicídio (IBGE, 2021).

¹⁶ Indicador complementar, que não faz parte do CMIG, proposto para dimensionar o esforço institucional e de políticas públicas locais para o enfrentamento da violência contra Mulher (IBGE, 2021).

3 A APLICABILIDADE DOS INDICADORES DE GÊNERO: REVELANDO AS DESIGUALDADES NO BRASIL E EM SANTA CATARINA

Apesar dos avanços nas últimas décadas, a desigualdade de gênero permanece uma questão atual e multifacetada. As mulheres continuam enfrentando desafios, como a sub-representação em áreas como as ciências exatas e esferas produtivas, apesar de possuírem níveis de instrução superiores aos homens. Ademais, a crescente participação no mercado de trabalho não conseguiu eliminar as disparidades salariais, a segregação ocupacional e a extensa jornada estendida de trabalho, que inclui tanto as atividades remuneradas quanto as não remuneradas. A baixa representatividade feminina na esfera política também é uma realidade persistente.

Essa intrincada situação enfrentada pelas mulheres é evidenciada por meio de alguns dos indicadores nacionais de gênero do IBGE, produzidos a partir de dados estatísticos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), do Censo da Educação Superior do INEP, além de dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como se verifica a seguir.

3.1 OS INDICADORES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO

O indicador CMIG 31 “Nível de instrução da população de 25 anos ou mais, por sexo”, revelou uma notável disparidade entre homens e mulheres no Brasil em 2022. A maior discrepância foi observada no nível “superior completo” em que as mulheres alcançaram uma taxa de 21,3%, enquanto os homens atingiram 16,8% (PNAD-C, 2022). Ao analisar os dados desagregados por unidade territorial, notou-se que em Santa Catarina as mulheres obtiveram no nível “superior completo” um percentual ainda mais elevado do que a média nacional, atingindo 23,2%, enquanto os homens registraram 18,4% (PNAD-C, 2022).

Quando adicionado ao indicador CMIG 31 a desagregação por cor ou raça¹⁷, verificou-se que no Brasil o percentual do nível de instrução no ensino superior foi mais do que o dobro para as pessoas (homens e mulheres) de cor branca, com 27,1%, em contraste com os 12,6% de pretas e pardas¹⁸ (PNAD-C, 2022). Em Santa Catarina, embora as taxas tenham sido mais baixas do que as médias nacionais, a mesma disparidade foi evidenciada, com 23,0% para brancos e 11,7% para pretos e pardos (PNAD-C, 2022). Como se observa na Tabela 1.

Tabela 1 – Distribuição percentual das pessoas de 25 anos ou mais com ensino superior completo, desagregado por sexo, unidade territorial e cor ou raça (2022)

Unidade Territorial	Sexo ¹⁹		Cor ou Raça	
	Homens	Mulheres	Branca	Preta e Parda
Brasil	16,8%	21,3%	27,1%	12,6%
Santa Catarina	18,4%	23,2%	23,0%	11,7%

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (2022) - 2º trimestre. Elaborado pela autora.

Esses dados indicam que, embora as mulheres sejam mais instruídas, essa vantagem não é uniforme e varia consideravelmente entre mulheres brancas, pretas e pardas.

Lélia Gonzalez (1995), no ensaio “A mulher negra no Brasil”, faz referência a um estudo que analisou o aumento de mulheres nas universidades no período entre 1969 e 1975.²⁰ No entanto, a autora ressalta que esse estudo, apesar de evidenciar

17 O indicador CMIG 31 não aborda, de forma interseccional, as questões relacionadas a gênero, cor ou raça. Sua especificidade é mensurar o nível de instrução da população de 25 anos ou mais, apenas desagregado por sexo. Entretanto, embora esse indicador não contemple especificamente as interseções de gênero e cor ou raça, faz-se pertinente realizar uma análise abrangente, incluindo a desagregação por cor ou raça. Para além disso, é crucial ressaltar que os indicadores ainda se limitam aos dados por sexo, categorizando apenas homem e mulheres, sem considerar a identidade de gênero, o que torna invisível dados referentes à população trans e não binária, por exemplo.

18 Vale ressaltar que, embora existam dados no sistema do IBGE com a desagregação por cor ou raça, a maioria deles não aborda, de forma interseccional, questões relacionadas a gênero e raça. Isso significa que, nos dados analisados neste trabalho, que não contemplam a desagregação de cor ou raça por gênero, as informações referem-se a “pessoas”, englobando tanto homens quanto mulheres. Esse aspecto destaca a importância de construção de indicadores e dados estatísticos de gênero mais abrangentes, para abordar de maneira interseccional questões relacionadas a gênero e raça.

19 Apesar da diferença conceitual nas terminologias “sexo” e “gênero”, neste trabalho, para fins de análise, foi utilizada a denominação sexo, alinhando-se com a terminologia presente nas bases de dados do IBGE.

20 O ensaio “A mulher negra no Brasil” de Lélia Gonzalez foi publicado originalmente em inglês, com o título “The Black Woman in Brazil”, em Moore, Carlos (Org.). *African Presence in the Americas*, Trenton: African World Press, 1995. pp 313-28 e traduzido em língua portuguesa para o livro “Por um feminismo afro-latino americano” (2020).

o progresso das mulheres em um ambiente historicamente dominado pelos homens, se refere às mulheres brancas, inferindo de maneira implícita que o acesso à educação se dá de forma desigual entre as mulheres brancas, pretas e pardas²¹.

As dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras no percurso acadêmico podem ser atribuídas a uma série de desafios interconectados. Entre esses fatores, as desigualdades socioeconômicas se destacam, já que as mulheres negras frequentemente enfrentam condições desfavoráveis, incluindo acesso limitado a recursos financeiros, o que impacta diretamente sua capacidade de frequentar e concluir uma graduação. A carência de programas de apoio específicos para mulheres negras dentro das instituições de ensino também se configura como uma barreira que pode dificultar a adaptação ao ambiente acadêmico. Além disso, o perfil de trabalho, predominantemente concentrado em atividades manuais, realizadas por muitas mulheres negras, pode comprometer seu tempo e energia dedicados aos estudos.

Nesse contexto, é relevante reproduzir a observação de Vera Soares (2007), que enfatiza a importância de compreender também outras dimensões interligadas às relações de gênero, como, por exemplo, as relações raciais:

Para que as análises das informações estatísticas possam refletir as relações de gênero é preciso reconhecer e entender as expressões sociais das relações de gênero. Compreender as relações cruzadas gênero e raça. Entender que se as informações estatísticas não forem planejadas e analisadas com este enfoque, não se perceberá a participação e a situação real dos homens e das mulheres, pois elas são embasadas pelas imagens de gênero e influenciadas pelos estereótipos e concepções tradicionais. Desta forma, a produção estatística termina por invisibilizar as mulheres (Soares, 2007, p.3).

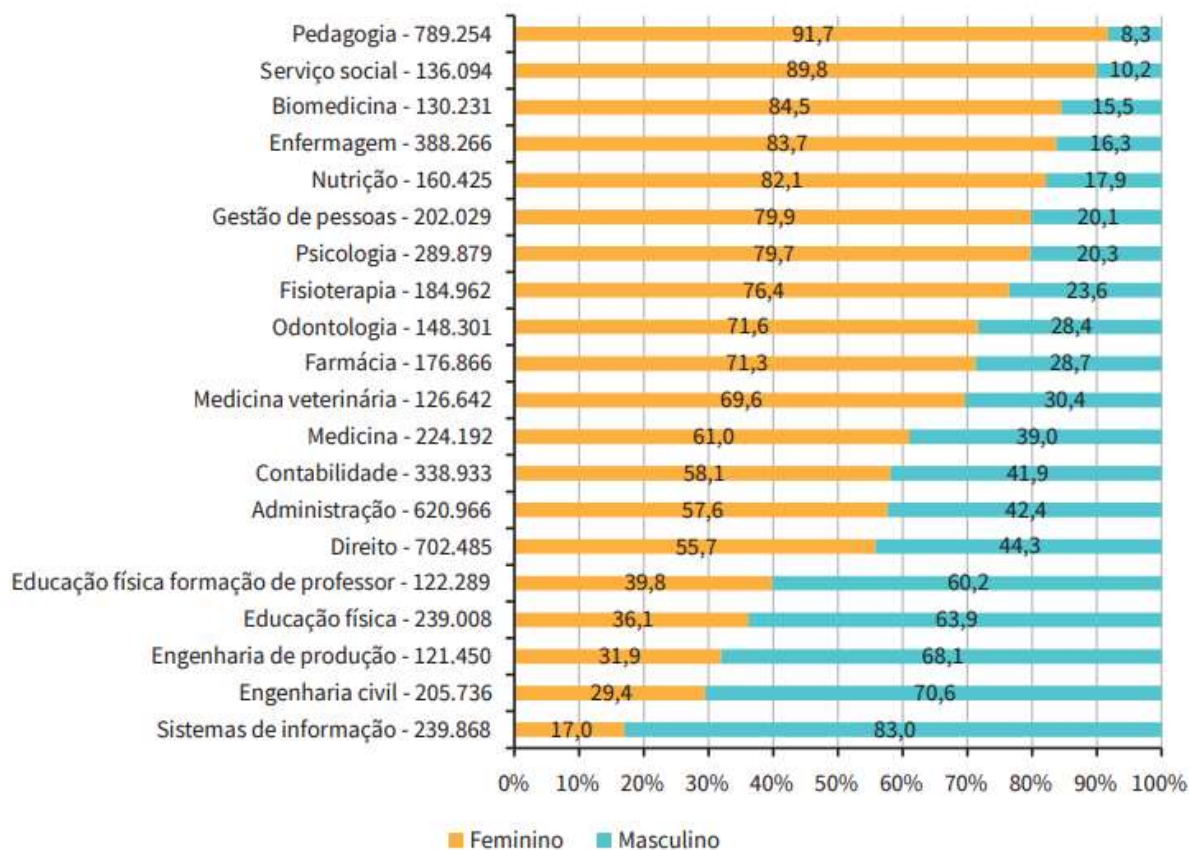
Outrossim, ainda é válido destacar que, embora as mulheres tenham apresentado, de modo geral, o nível de instrução no ensino superior melhor que o dos homens, elas ainda enfrentam barreiras significativas em áreas relacionadas às ciências exatas e à esfera da produção, conforme demonstrado no levantamento realizado pelo INEP no Censo da Educação Superior 2021.

Dentre os 20 cursos analisados pelo INEP, notou-se que as mulheres eram majoritárias em cursos relacionados ao cuidado e bem-estar, como Pedagogia (91,7%), Serviço Social (89,8%), Biomedicina (84,5%), Enfermagem (83,7%) e

21 O estudo referenciado por Lélia Gonzales no ensaio "A mulher negra no Brasil", é "*Sexualidade da mulher brasileira: corpo e classe social no Brasil*", de autoria da intelectual e feminista brasileira, Rose Marie Muraro.

outros. Em contrapartida, elas eram sub-representadas em cursos como Sistemas de Informação, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, nos quais representavam apenas (17,0%), (29,4%) e (31,9%), respectivamente (INEP, 2023), conforme observa-se na Figura 1.

Figura 1 – Os 20 maiores cursos em número de matrículas de graduação e os respectivos percentuais de participação por sexo – Brasil (2021)



Fonte: INEP – Censo da Educação Superior 2021 (2023).

Diante da análise das informações referentes às disparidades de gênero na educação, aliada a observação de Lélia Gonzalez (1995) sobre a sub-representação de mulheres pretas e pardas no ensino superior, destaca-se a necessidade imperativa de fomentar a presença feminina nas áreas historicamente dominadas por homens. Ressalte-se, ainda, a importância de políticas de ação afirmativa, como as cotas raciais, para promover a equidade no acesso à educação superior e combater as desigualdades históricas no sistema educacional.

3.2 OS INDICADORES DE GÊNERO QUANTO AO RENDIMENTO

O indicador CMIG 13 “Rendimento entre homens e mulheres”, que possui como objetivo mensurar a disparidade de rendimento entre as pessoas ocupadas de 14 anos ou mais, revelou que em 2022, no Brasil, as mulheres receberam 21,2% a menos do que os homens. Essa discrepância se acentuou no estado catarinense, com as mulheres recebendo 25,6% a menos do que os homens e 4,4% menos do que a média nacional (PNAD-C, 2022),²² conforme demonstra a Tabela 2.

Tabela 2 – Rendimento habitual médio mensal (R\$), desagregado por sexo e unidade territorial (2022)

Unidade Territorial	Sexo	
	Homens	Mulheres
Brasil	2.920	2.303
Santa Catarina	3.408	2.536

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (2022). Elaborado pela autora.

Essa desigualdade de rendimento, ainda segundo os dados do IBGE (2022), foi mais pronunciada entre as pessoas que ocupavam cargos que geralmente auferem rendimentos mais elevados, como diretores, gerentes e profissionais das ciências exatas.

A disparidade de rendimento entre homens e mulheres, de fato, não pode ser atribuída à educação. Ao contrário, dados do mesmo ano, obtidos por meio do indicador CMIG 31 “Nível de instrução da população de 25 anos ou mais, por sexo”, revelaram que as mulheres brasileiras possuem níveis de instrução mais elevados do que os homens. Entretanto, a segregação ocupacional, seja ela horizontal ou vertical²³, e a discriminação salarial que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho podem contribuir para explicar esses *gaps* salariais. Além disso, a pressão

²² A UNSD não apresenta metadados com explicação de metodologia de cálculo para o diferencial de sexo nos salários proposto no CMIG 13. As informações referem-se ao rendimento médio real habitual de todos os trabalhos das pessoas ocupadas, na semana de referência, por sexo. Define-se rendimento médio real habitual das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas em todos os trabalhos como o rendimento bruto real médio habitualmente recebido em todos os trabalhos que as pessoas ocupadas com rendimento tinham na semana referência, a preços médios do ano mais recente. Foram apresentadas para este indicador desagregações adicionais, como grupos de idade, cor ou raça e pessoas com deficiência. Para o grupo das pessoas com deficiência, o indicador foi construído a partir de informações da PNS. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2a edição – Notas técnicas. (IBGE, 2021).

das obrigações relacionadas às tarefas domésticas e/ou cuidado de pessoas impõe a uma grande parcela das mulheres a necessidade de conciliar o trabalho remunerado com essas responsabilidades, o que leva essas mulheres à inserção em empregos em tempo parcial, muitas vezes informais, precarizados e, por conseguinte, com remuneração inferior (Fernandez, 2019, p.85).

Sob a luz da lei, a disparidade de rendimento entre homens e mulheres não é uma hipótese aceitável, conforme disposto no art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e no art. 7º, inciso XXX da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que assim prescrevem²⁴:

Art. 461. Sendo idêntica a função, a todo trabalho de igual valor, prestado ao mesmo empregador, no mesmo estabelecimento empresarial, corresponderá igual salário, sem distinção de sexo, etnia, nacionalidade ou idade.

Art. 7º [...] XXX proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil (Brasil, 1943; Brasil, 1988).

Em consonância com as normativas legais vigentes, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) do governo federal busca, desde 2004, ano de sua aprovação, promover a equidade de gênero e garantir os direitos das mulheres em diversas áreas, com foco, entre outros, em aspectos étnicos, raciais e geracionais (BRASIL, 2013).

No âmbito da Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica, o PNPM 2013-2015²⁵ direciona esforços para:

Promover a igualdade no mundo do trabalho e a autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta, considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe, raça e etnia, desenvolvendo ações específicas que contribuam para a eliminação da desigual divisão

²³ A segregação ocupacional refere-se à distribuição de mulheres e homens entre as categorias laborais. Pode manifestar-se de duas maneiras: a segregação horizontal, em que mulheres e homens predominam em ocupações distintas. Além disso, a segregação horizontal também se reflete na concentração de homens e mulheres em diferentes setores econômicos. A segregação vertical, por sua vez, ocorre quando os homens ocupam majoritariamente cargos superiores em comparação com as mulheres (Fernandez, 2019).

²⁴ A Constituição brasileira de 1988, bem como a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), dispõem de outras normas que buscam garantir a igualdade e a não discriminação por qualquer motivo. Um exemplo é o artigo 5º, da Carta Magna de 1988, que, no Caput, estabelece: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...]”, deixando claro, ainda, no inciso I do mesmo artigo, que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações [...]” (BRASIL, 1988). Disponível em: <Constituição>; <DEL5452 >. Acesso em: 12 nov. 2023.

²⁵ Desde sua criação em 2004, o PNPM passou por atualizações e revisões, a primeira em 2007 e a segunda em 2011, para se adequar às mudanças sociais, políticas e econômicas, garantindo a relevância e eficácia das políticas destinadas à promoção dos direitos das mulheres (Brasil, 2013).

sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na valorização da participação das mulheres no desenvolvimento do país; Ampliar a participação e a permanência das mulheres no mundo do trabalho, garantindo a qualidade nas condições e igualdade de rendimentos; Promover a organização produtiva e o acesso à renda para mulheres, especialmente das em situação de vulnerabilidade social; Promover a valorização e o reconhecimento da contribuição das mulheres do campo, da floresta, mulheres indígenas, das comunidades tradicionais e das mulheres com deficiência para o desenvolvimento econômico do país; Promover políticas que visem o compartilhamento das responsabilidades domésticas e que contribuam para a superação da divisão sexual do trabalho; Ampliar a formalização do trabalho das mulheres e a garantia de direitos (Brasil, 2013).

Em que pese a existência de normativas jurídicas e estratégias direcionadas para enfrentar as desigualdades de gênero no mercado de trabalho, a análise dos dados revela um cenário de persistência das disparidades salariais e diversas outras situações de iniquidade para com as mulheres, que se tornam ainda mais potencializadas quando analisadas pelo recorte racial.

No que concerne ao rendimento desagregado por cor ou raça, os dados revelaram que, tanto no Brasil quanto em Santa Catarina, as pessoas (homens e mulheres) pretas e pardas apresentaram um rendimento médio mensal significativamente inferior em comparação com as pessoas brancas (Tabela 3). De maneira geral, no Brasil, as pessoas (homens e mulheres) pretas e pardas receberam aproximadamente 40% menos do que uma pessoa branca, enquanto em Santa Catarina, as pessoas pretas e pardas receberam, em média, 28,5% a menos do que as pessoas brancas (PNAD-C, 2022).

Tabela 3 – Rendimento habitual médio mensal, desagregado por cor ou raça e unidade territorial (2022)

Unidade Territorial	Cor ou Raça		
	Branca	Parda	Preta
Brasil	3.377	2.056	2.016
Santa Catarina	3.219	2.354	2.260

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (2022) Elaborado pela autora.

Em suma, os dados revelaram um panorama contundente das disparidades de rendimento entre homens e mulheres. Ficou evidenciado que as mulheres enfrentam desafios significativos no mercado de trabalho, apesar de possuírem

níveis de instrução mais elevados. A análise como recorte racial revelou, ademais, disparidades adicionais, o que reforça, mais uma vez, a urgência de indicadores e políticas que considerem essas interseções.

3.3 OS INDICADORES DE GÊNERO NO USO DO TEMPO (AFAZERES DOMÉSTICOS E/OU CUIDADO DE PESSOAS)

Segundo definições estabelecidas pelo IBGE (2020, p.1 e 4) os afazeres domésticos abrangem as tarefas de: preparar ou servir alimentos; arrumar a mesa ou lavar louça; cuidar da limpeza ou manutenção de roupas e sapatos; fazer pequenos reparos ou manutenção do domicílio, do automóvel, de eletrodomésticos ou outros equipamentos; limpar ou arrumar o domicílio, a garagem, o quintal ou o jardim; cuidar da organização do domicílio (pagar contas, contratar serviços, orientar empregados); fazer compras ou pesquisar preços de bens para o domicílio; cuidar dos animais domésticos; bem como outras tarefas domésticas. Já os trabalhos de cuidado de pessoas abarcam as tarefas de: auxiliar nas atividades educacionais; ler, jogar ou brincar; monitorar ou fazer companhia no domicílio; transportar ou acompanhar para escola, médico, exames, parque, praça, atividades sociais, culturais, esportivas ou religiosas; outras tarefas de cuidados de moradores; além de auxiliar nos cuidados pessoais (alimentar, vestir, pentear, dar remédio, dar banho, colocar para dormir).

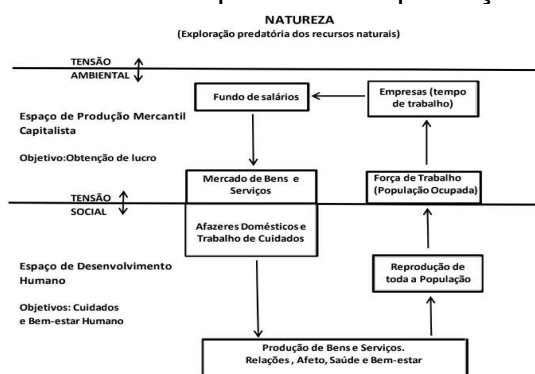
Por serem atividades consideradas não mercantis, desempenhadas quase que exclusivamente por mulheres, sem contrapartida financeira ou mal pagas e socialmente desvalorizadas, essas tarefas foram denominadas como invisíveis.

Por muito tempo, as atividades desempenhadas pelas mulheres no interior dos lares foram ignoradas na sociedade capitalista. Somente após os movimentos sufragistas, que pleiteavam a igualdade de direitos para as mulheres, desafiando as concepções tradicionais de papéis de gênero, e posteriormente, nos anos 1970, quando as questões de gênero assumiram uma posição de urgência, é que os trabalhos domésticos e de cuidados realizados pelas mulheres receberam o olhar diferenciado de diversos campos de conhecimento, quando essas atividades foram reconhecidas como imprescindíveis à reprodução econômica e o bem-estar da sociedade.

Dentre as áreas de estudo que passaram a reconhecer essas atividades como imprescindíveis à sociedade, destaca-se a economia feminista, que se propôs a olhar os afazeres domésticos e o trabalho de cuidados de pessoas sob o viés do gênero, enquanto categoria de análise, de forma a desvelar as dimensões obscurecidas pelo capitalismo e pela teoria econômica neoclássica, que concebem o trabalho como uma experiência voltada à maximização de lucro, sem considerar a enorme quantidade de trabalho “invisível” e não remunerado que está por trás do capital. Essa abordagem busca contemplar tudo o que está sustentando o mercado, seja no espaço de produção mercantil capitalista ou no espaço de desenvolvimento humano.

No artigo “A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução” de Cristina Carrasco (2017), a perspectiva da economia feminista é explorada com um foco especial na noção de reprodução social²⁶. Carrasco aborda a reprodução não apenas como um fenômeno biológico, mas como um processo social e econômico essencial para a manutenção da força de trabalho e, conseqüentemente, para o funcionamento da economia. Esquemáticamente pode-se verificar na Figura 2 a visão ampliada de reprodução social defendida pela economia feminista e por Cristina Carrasco.

Figura 2 – Ciclo Ampliado da Reprodução Social



Fonte: Brena Paula Magno Fernandez (2020), adaptação do esquema originalmente proposto em Picchio (1994).²⁷

²⁶ O texto “A economia feminista: Um panorama sobre o conceito de reprodução” de Cristina Carrasco é uma versão em português do artigo original em espanhol, intitulado “*La economía feminista. Un recorrido a través del concepto de reproducción*”, publicado na revista *Ekonomiaz*. Revista vasca de Economía, número 91 (I-2017), páginas 52-77. Disponível em: <Ekonomiaz, Revista Vasca de Economía>. Acesso em: 18 out. 2023.

Da interpretação da figura percebe-se que o trabalho produtivo não conseguiria se estabelecer se ausentes os afazeres domésticos e o trabalho de cuidados de pessoas realizados pelas mulheres no espaço de desenvolvimento humano.

Silvia Federici (2021) compartilha do entendimento que os trabalhos domésticos e de cuidado de pessoas são essenciais para a reprodução econômica e o bem-estar da sociedade. Destaca que o trabalho realizado no espaço familiar vai além da limpeza da casa, sendo essencial para preparar a mão de obra assalariada, tanto fisicamente quanto emocionalmente, para lutar diariamente pelo salário, pois esse trabalho também abrange o cuidado das crianças, futura mão de obra, desde o nascimento e ao longo de sua educação, garantindo que elas atuem de acordo com as expectativas do capitalismo. Assim, por trás de cada fábrica, escola, escritório ou mina, está o trabalho oculto de milhões de mulheres, que consomem suas vidas reproduzindo a vida daqueles que atuam nessas instituições.

Entretanto, no campo das economias ortodoxas²⁸, pautadas em um viés androcêntrico e materialista, condizentes com a ideologia capitalista, ainda há um longo caminho a percorrer. Para essa corrente de pensamento, o que prevalece é o mercado, logo as relações de gênero e as atividades desempenhadas no lar são consideradas externas ao capital.

Nesse sentido, vale destacar a observação de Katrine Marçal, que no livro “O lado invisível da economia” revela a desvalorização do trabalho realizado pelas mulheres no âmbito familiar.

Apesar de a palavra “economia” vir do grego *oikos*, que significa “casa”, os economistas há muito não se interessam pelo que acontece dentro de casa. A natureza altruísta das mulheres, dizia-se, as ligava à esfera privada e, portanto, ela não era economicamente relevante. Atividades como criar filhos, limpar, lavar e passar roupas

27 Figura elaborada por Brena Paulo Magno Fernandez, adaptada do esquema originalmente proposto em Picchio (1994), disponível no texto; Economia Feminista: um enquadramento teórico-metodológico voltado para a sustentabilidade da vida e a reprodução social. Editora Revista Textos de Economia, v.23, p.1-6, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5007/2175-8085>>. Acesso em: 17 out. 2023.

28 Economia ortodoxa não é uma área da Economia, mas um termo usado para se referir a corrente predominante no campo da ciência econômica. Um exemplo da corrente ortodoxa é a economia neoclássica, que defende a concepção de que os agentes econômicos, independente do sexo, podem escolher livremente o trabalho que realizaram em prol da maximização dos lucros. Para essa teoria, as mulheres, após realizarem uma comparação entre “custo x benefício” do trabalho doméstico e do trabalho no mercado, optaram racionalmente por se especializarem nas tarefas domésticas (Fernandez, 2021, p.6).

para a família não criam bens tangíveis que possam ser comprados, trocados ou vendidos. Portanto, também não contribuem com a prosperidade, pensavam os economistas do século XIX (Marçal, 2017, p. 38).

Para Antunes (2002) *apud* Leal (2011), essa desvalorização dos afazeres domésticos e do trabalho de cuidados de pessoas decorre da necessidade do capital de também se apropriar do tempo de trabalho das mulheres no espaço de desenvolvimento humano.

Essa compreensão ainda é reforçada por Michely Wiese, Keli Dal Prá e Regina Miotto (2017, p.7), as quais ressaltam que, na sociedade capitalista, a questão do cuidado é enfrentada dentro dos limites impostos por essa formação socioeconômica, cujo foco não é a satisfação das necessidades humanas. Essa perspectiva vem sendo reforçada no Brasil desde a ascensão do pensamento neoliberal, que reforça o cuidado como responsabilidade da família, sobretudo das mulheres.

Pouco se fala da contribuição dos afazeres domésticos e do trabalho de cuidado de pessoas na economia, contudo, a essencialidade dessas tarefas invisibilizadas vêm sendo apontadas por pesquisas.

Conforme o relatório publicado pela ONG britânica Oxfam (2020), meninas e mulheres em todo o mundo dedicam 12,5 bilhões de horas diariamente aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado não remunerados e outras incontáveis horas recebendo uma baixíssima remuneração por essas atividades.

Segundo os cálculos da Oxfam, estima-se que os afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado não remunerados, prestado por mulheres a partir da faixa etária de 15 anos, produz economicamente um montante de US\$10,8 trilhões por ano, contudo, grande parte dessa riqueza gerada reverte-se para os mais ricos, que na circunstância são preponderantemente os homens brancos e ocidentais. Além disso, as mulheres e meninas são responsáveis por mais de 3/4 do cuidado não remunerado de pessoas no mundo e representam 2/3 da força de trabalho relacionada às atividades de cuidado remunerado (OXFAM, 2020).

No Brasil, de acordo com os dados do módulo “Outras formas de trabalho” da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – PNAD Contínua de 2022, as mulheres, independente do grupo de idade, seguiram desempenhando muito

mais os afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas do que os homens.

O indicador CMIG 01, intitulado “Número médio de horas semanais dedicados aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos, por sexo, idade e localização geográfica”, revelou que, em âmbito nacional, as médias de horas semanais dedicadas por mulheres a essas atividades foram de 16,0 horas para mulheres de (14 a 24 anos), 22,2 horas para mulheres de (25 a 49 anos) e 22,9 horas para mulheres com (50 anos ou mais). Enquanto entre os homens, a média foi de 9,6 horas, 11,8 horas e 13,0 horas, respectivamente (PNAD-C, 2022).

Em Santa Catarina, as médias de horas dedicadas a essas atividades foram relativamente próximas às do Brasil, indicando que as diferenças de gênero nas tarefas de afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas são um desafio generalizado em todo o país.

A Tabela 4 demonstra essa permanente e desigual divisão dos afazeres domésticos e/ou dos cuidados de pessoas, tanto no Brasil quanto em Santa Catarina.

Tabela 4 – Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, desagregado por sexo, grupo de idade e unidade territorial (2022)

Unidade Territorial	Grupo de idade	Sexo	
		Homens	Mulheres
Brasil	14 a 24 anos	9,6	16,0
	25 a 49 anos	11,8	22,2
	50 anos ou mais	13,0	22,9
Santa Catarina	14 a 24 anos	9,5	14,9
	25 a 49 anos	12,1	19,8
	50 anos ou mais	13,7	21,3

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (2022) Elaborado pela autora.

Analisando os dados desagregados por idade, observa-se que uma divisão desigual das tarefas domésticas e/ou às tarefas de cuidado de pessoas persiste em todas as faixas etárias, com as médias de horas dedicadas pelas mulheres aumentando à medida que envelhecem. Essa tendência pode estar relacionada a

diversos fatores, entre os quais, às mudanças demográficas atuais, que apontam para um envelhecimento acelerado da população, bem como às políticas que atribuem a responsabilidade direta de cuidar dos idosos à família, principalmente às mulheres.

Ao desagregar o indicador CMIG 01 pelo recorte de cor ou raça, verifica-se que, assim como nas médias gerais, as mulheres dedicam consideravelmente mais horas aos afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas em comparação aos homens, independentemente de sua cor ou raça (Tabela 5).

Tabela 5 – Média de horas semanais dedicadas aos afazeres domésticos e/ou às tarefas de cuidado de pessoas, desagregado por sexo, cor ou raça e unidade territorial (2022)

Unidade Territorial	Cor ou Raça	Sexo	
		Homens	Mulheres
Brasil	Branca	11,7	20,4
	Preta	11,9	21,6
	Parda	11,7	22,1
Santa Catarina	Branca	12,3	19,4
	Preta	13,1	19,2
	Parda	11,2	19,7

Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (2022) Elaborado pela autora.

Percebe-se, contudo, que, embora haja variações nas médias de horas dedicadas entre mulheres brancas, pretas e pardas, e entre homens brancos, pretos e pardos, as diferenças não são tão acentuadas como as verificadas nas médias gerais apresentadas na Tabela 4.

Em resumo, a desigualdade de gênero nas tarefas de afazeres domésticos e/ou cuidado de pessoas é mais acentuada do que qualquer diferença com base na cor ou raça. As mulheres, independentemente de sua origem racial, carregam uma carga desproporcional dessas responsabilidades, enquanto os homens, independentemente de sua cor ou raça, dedicam menos tempo a essas atividades. Isso ressalta a necessidade de esforços contínuos para alcançar uma divisão mais equitativa das responsabilidades domésticas e de cuidado entre homens e mulheres.

Alguns pesquisadores tentam estimar o quanto o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil aumentaria se fossem computados os afazeres domésticos e os trabalhos de cuidado de pessoas não remunerados. Em uma pesquisa realizada por Hildete Pereira de Melo, Cláudio Monteiro Considera e Alberto Di Sabbato (2007), no período de 2001-2005, chegou-se à conclusão que essas atividades correspondiam, em média, a 11,2% do PIB do país, mas o foco apenas em atividades mercantis obscurece essa percepção. Ou seja, se as tarefas ligadas à reprodução da vida fossem amplamente publicizadas e contabilizadas, poderia contribuir para reflexões abrangentes e objetivas sobre a organização social dessas tarefas e para o empoderamento econômico das mulheres, além de representar um ganho potencial para a economia do Brasil e do mundo.

3.4 OS INDICADORES DE GÊNERO NA POLÍTICA

Conforme levantamento da União Interparlamentar (IPU)²⁹, o Brasil é um dos países com índices mais baixos de representação feminina em cargos legislativos³⁰. Em outubro de 2023, o país ocupou a 132ª posição, dentre 185 países, no ranking de participação de mulheres na política nacional (IPU, 2023). Entre 10 países da América do Sul, o Brasil ficou em última posição, com um percentual de 17,5% de participação das mulheres nos parlamentos, enquanto a média dos outros 9 países sul-americanos foi de 32,7% (TSE, 2023).

Ao analisar os indicadores CMIG relacionados à representação feminina na política (CMIG 44 “Proporção de cadeiras ocupadas por mulheres na Câmara dos Deputados”; CMIG (EXTRA) “Proporção de mulheres entre os parlamentares eleitos para Câmaras de Vereadores”; CMIG (EXTRA) “Proporção de mulheres entre os candidatos para a Câmara dos Deputados”; e o indicador CMIG (EXTRA) “Candidaturas para a Câmara dos Deputados e proporção de candidaturas de mulheres, por classes de receita da candidatura”), constatou-se o baixo percentual de mulheres no espaço político nacional, em conformidade com o apontado pelo IPU.

²⁹ Organização internacional que analisa a representatividade dos parlamentos ao redor do mundo.

³⁰ Classificação mensal das mulheres nos parlamentos nacionais – Out/2023. União Interparlamentar (IPU). Disponível em: <Monthly ranking of women in national parliaments>. Acesso em: 06 out. 2023.

Os dados do TSE (2023) revelaram que, nas eleições de 2022, embora as mulheres tenham representado 33,83% do total de candidaturas, apenas 18,2% foram eleitas, em comparação com os 81,8% de homens eleitos. Essa disparidade persistiu tanto em nível nacional quanto estadual, sendo que em Santa Catarina as mulheres representaram 33,37% das candidaturas, mas obtiveram apenas 14,75% das cadeiras, predominantemente ocupadas por homens, com 85,25% do total (TSE, 2023). No que tange às taxas de reeleição, tanto para homens quanto para mulheres, no Brasil e em Santa Catarina, os percentuais foram baixos, mas com uma proporção extremamente inferior para as mulheres (Tabela 6).

Tabela 6 – Percentual de participação no parlamento nas eleições de 2022, desagregado por sexo e unidade territorial

Unidade Territorial	Participação	Sexo			
		Homens		Mulheres	
Brasil	Candidatas(os)	19.345	(66,17%)	9.891	(33,83%)
	Eleitas(os)	1.398	(81,8%)	311	(18,2%)
	Reeleitas(os)	753	(86,06%)	122	(13,94%)
Santa Catarina	Candidatas(os)	661	(66,63%)	331	(33,37%)
	Eleitas(os)	52	(85,25%)	9	(14,75%)
	Reeleitas(os)	27	(84,38%)	5	(15,63%)

Fonte: TSE Mulheres³¹ (2023). Elaborado pela autora.

A discrepância entre a porcentagem de mulheres candidatas e aquelas efetivamente eleitas ou reeleitas sugere a existência de desafios adicionais que as mulheres enfrentam na busca por cargos políticos, que podem estar vinculados a barreiras sistêmicas, sexismo, estereótipos de gênero, entre outros fatores.

Teresa Sacchet (2009), no texto “Capital social, gênero e representação política no Brasil”, analisa as diversas barreiras de natureza histórica, social, cultural e institucional que limitam, até os dias atuais, a participação das mulheres em cargos políticos, apesar da implementação de cotas de gênero para cargos legislativos desde 1995³². A autora realiza uma análise crítica dos obstáculos

31Quadro interativo – Participação feminina. TSE Mulheres (2023). Disponível em: <TSE Mulheres – Justiça Eleitoral >. Acesso em: 27 out. 2023.

32 De acordo com informações fornecidas por Teresa Sacchet, a primeira lei de cotas implementada estabeleceu inicialmente uma reserva de 20% para posições no legislativo municipal. Posteriormente, em 1997, essa cota foi ampliada para 30%, com um percentual transitório de 25% válido apenas para as eleições de 1998, e expandida para todas as outras posições legislativas, incluindo as assembleias

existentes e examina as perspectivas para a promoção da igualdade de gênero na representação política do Brasil³³.

Quanto ao perfil das candidatas (Tabela 7), observou-se que no Brasil a maioria de mulheres eleitas foi brancas (45,3%), seguidas por mulheres pardas (34,6%), mulheres pretas (18,3%), indígenas (0,9%), amarelas (0,5%) e (0,4%) não informaram a cor ou raça (TSE, 2023). Em Santa Catarina, o cenário foi semelhante, destacando a representação desproporcional de mulheres brancas (76,4%) em relação às pardas (11,5%), pretas (10,6%), indígenas (1,2%) e (0,3 %) que não informaram a cor ou raça (TSE, 2023).

Tabela 7 – Perfil das candidatas mulheres nas eleições de 2022, desagregado por cor ou raça e unidade territorial

Unidade Territorial	Cor ou Raça	
Brasil	Branca	4.485 (45,3%)
	Parda	3.424 (34,6%)
	Preta	1.814 (18,3%)
Candidaturas: 29.262 Candidatas: 9.891 (34%)	Indígena	85 (0,9%)
	Amarela	47 (0,5%)
	Não informado	36 (0,4%)
Santa Catarina	Branca	253 (76,4%)
	Parda	38 (11,5%)
	Preta	35 (10,6%)
Candidaturas: 992 Candidatas:331 (33%)	Indígena	4 (1,2%)
	Amarela	X
	Não informado	1 (0,3%)

Fonte: TSE Mulheres (2023). Elaborado pela autora.

Os dados indicaram, mais uma vez, a dupla desvantagem enfrentada pelas mulheres pretas, pardas, indígenas e amarelas. Essas desvantagens se manifestam inicialmente em relação aos homens e, posteriormente, em relação às mulheres

estaduais e a câmara federal (SACCHET, 2009).

33 SACCHET, Teresa. Capital social, gênero e representação política no Brasil. Opinião Pública, Campinas, (2009). Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-62762009000200002>>. Acesso em: 04 out. 2023.

brancas, o que faz coro à máxima do feminismo interseccional, que enfatiza que o gênero une as mulheres, mas as questões de cor ou raça e classe as divide.

Diante desse panorama, torna-se crucial a coleta e disseminação de dados estatísticos que revelam de maneira interseccional e aprofundada a complexa realidade das desigualdades de gênero, a fim de embasar estratégias e políticas que efetivamente promovam a equidade de gênero.

4 DESAFIOS NA CONSTRUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE DADOS E INDICADORES DE GÊNERO NO BRASIL: A RELEVÂNCIA PARA A ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS(AS) ASSISTENTES SOCIAIS

Embora o Brasil tenha aderido, nas últimas décadas, à tendência global de comprometimento com a igualdade de gênero, ainda há desafios significativos a serem enfrentados, especialmente no que diz respeito à elaboração, sistematização e divulgação de dados estatísticos e indicadores de gênero. Conquanto órgãos como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tenham produzido indicadores e dados com recortes de gênero, essas ferramentas e informações não foram suficientes para revelar de maneira abrangente as diversas nuances da desigualdade de gênero. Essa lacuna ficou evidente na terceira seção deste trabalho ao demonstrar, por meio de indicadores e dados quantitativos e qualitativos, a desigualdade de gênero no Brasil e em Santa Catarina em 2022.

Bila Sorj (2007) destaca que os indicadores universais de gênero comumente usados não são suficientemente sensíveis às variações nacionais e às formas como as desigualdades de gênero se reproduzem nas sociedades contemporâneas. Esses indicadores muitas vezes ignoram a complexidade das configurações nacionais, onde uma mesma variável pode ocultar práticas contraditórias com o que se pretende medir.

Um exemplo é o indicador CMIG 31, que aborda o “Nível de instrução da população de 25 anos ou mais, por sexo”. Embora importante, esse indicador se mostra limitado para captar as múltiplas formas de desigualdades de gênero no espaço educacional. O indicador permite revelar que as mulheres, de forma geral, possuem um nível de instrução superior ao dos homens, especialmente no “superior completo”. No entanto, o indicador não possibilita mensurar de maneira sistêmica as assimetrias que emergem neste espaço, como a sub-representação das mulheres em áreas ligadas a ciência exatas e a concentração em áreas relacionadas ao cuidado e bem-estar, de menor prestígio social e valorização no mercado de trabalho.

Bila Sorj (2007) e Vera Soares (2007) ressaltam a importância de analisar as configurações sociais, econômicas e políticas para tornar os indicadores mais realistas e confiáveis. Não basta “adicionar as mulheres e mexer”³⁴, a informação desagregada por sexo é crucial, mas não é suficiente para tornar visíveis os nexos entre causa e efeito dos fatores que produzem as disparidades de gênero. Ou seja, para avaliar as mudanças que precisam ser feitas em direção à igualdade de gênero, torna-se fundamental mensurar e analisar de maneira interseccional e transversal as diversas nuances da opressão por gênero.

No que diz respeito aos desafios que envolvem a sistematização e divulgação de dados estatísticos e indicadores de gênero, diversas discussões já foram empreendidas. Em 18 de maio de 2023, na cidade de Brasília, ocorreu uma reunião promovida pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, vinculado ao Ministério das Mulheres³⁵. O encontro teve como objetivo enfatizar a urgência da análise e disseminação de indicadores de desigualdades de gênero para embasar a gestão de políticas públicas voltadas para as mulheres no Brasil.

Na discussão, ressaltou-se a necessidade de utilizar indicadores atualizados e confiáveis como forma de medir o progresso alcançado em relação à igualdade de gênero e identificar áreas onde ainda existem desigualdades persistentes e para embasar ações e intervenções que visam promover a equidade entre homens e mulheres na sociedade brasileira. Adicionalmente, foi apresentado um diagnóstico sobre o estado atual do registro de dados, que destaca os principais desafios na coleta de informações sobre gênero. Foi enfatizada a importância de uma organização e cooperação eficaz na produção de dados relacionados às desigualdades de gênero. Dentre os vários desafios apresentados, ressaltam-se a ausência de coleta, dados destruídos, informações não confiáveis, não realização de relatórios, falta de planejamento, perda de séries históricas e ausência de sistematização desses dados.

34 A expressão costuma ser atribuída à feminista norte-americana Glória Steinem, que a usou muitas vezes para destacar a necessidade de incluir as mulheres em todas as esferas da sociedade, com enfoque em suas perspectivas, necessidades e contribuições.

35 Ministério das Mulheres. Análise de indicadores de desigualdades de gênero é urgente para gestão de políticas públicas para mulheres. Brasília, 19 de maio de 2023. Disponível em: < Análise de indicadores de desigualdades de gênero é urgente para gestão de políticas públicas para mulheres>. Acesso em: 16 nov 2023.

Note-se, em suma, que a equidade de gênero avança lentamente, em parte devido à invisibilidade estatística das desigualdades enfrentadas pelas mulheres. Portanto, incorporar a perspectiva de gênero em todo o processo de produção estatística e realizar a disseminação massiva dessas informações, para revelar de forma holística as disparidades entre homens e mulheres, podem contribuir para promover, de fato, a equidade.

A atuação dos(as) assistentes sociais é marcada pela intervenção nas diversas expressões da questão social, exigindo destes(as) profissionais o desenvolvimento de procedimentos e instrumentos específicos para lidar com a complexidade e multidimensionalidade desse cenário (Baptista, 2010).

No contexto do Serviço Social, a utilização de dados estatísticos e indicadores desempenha um papel crucial. Associados a outros instrumentos pertinentes à profissão, essas ferramentas auxiliam na compreensão aprofundada da realidade social, e permitem uma atuação mais eficaz e direcionada às demandas específicas da população atendida. Além disso, essas ferramentas contribuem para a avaliação de políticas, programas e projetos sociais, pois possibilitam a análise do desenvolvimento e funções dessas ações no enfrentamento às desigualdades e na garantia dos direitos sociais na sociedade capitalista (Boschetti, 2009).

Paulo de Martino Jannuzzi (2002) destaca a utilidade dos indicadores, e ressalta que, se bem empregados, podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar a formulação de políticas sociais, senão vejamos:

Sem dúvida, o conhecimento do significado, dos limites e potencialidades dos indicadores sociais pode ser de grande utilidade para os diversos agentes e instituições envolvidos na definição das prioridades sociais e na alocação de recursos do orçamento público. Se bem empregados, os indicadores sociais podem enriquecer a interpretação empírica da realidade social e orientar de forma mais competente a análise, formulação e implementação de políticas sociais. Na negociação das prioridades sociais, esses indicadores podem contribuir no dimensionamento das carências a atender nas diversas áreas de intervenção (Jannuzzi, 2002, p. 53).

Quando nos referimos ao(a) profissional inserido(a) no âmbito da pesquisa, capacitado(a) para planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais³⁶, como no caso

³⁶ A realização das atividades de “planejar, executar e avaliar pesquisas com o objetivo de contribuir para a análise da realidade social e subsidiar ações profissionais” encontra respaldo no artigo 4,

das(os) profissionais de Serviço Social e Economia que atuam no Observatório de Políticas Sociais e Famílias Catarinenses (OPSFaC)³⁷, a familiaridade e acesso a bases quanti-qualificativas tornam-se particularmente relevantes. Para esses(as) profissionais que possuem como uma de suas competências a realização dessas atividades, os dados estatísticos e indicadores são vistos não apenas como um conjunto de técnicas, mas como uma prática investigativa da realidade social.

Nesse ponto, destaque-se a importância da pesquisa no Serviço Social, uma vez que o “estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade” (ABEPSS, 1996) se constitui como um dos princípios fundamentais para a formação profissional, conforme previsto nas Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social (1996) da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS).

A contribuição da pesquisa no campo do Serviço Social é citada por Jussara Ayres Bourguignon (2007), que ressalta que:

[...] as pesquisas em Serviço Social têm contribuído para avanços significativos em diferentes campos da ação profissional, no âmbito das políticas públicas, no enfrentamento das expressões da questão social em diferentes momentos históricos, na construção da proposta curricular e definição dos seus fundamentos teóricos e metodológicos, na consolidação do projeto ético-político profissional, entre outros aspectos (Bourguignon, 2007, p. 47).

A autora afirma, ainda, que é no ambiente acadêmico que a pesquisa se revela como potencialidade para o Serviço Social, de modo a surgir, neste cenário, o

inciso VII, da Lei nº 8.662/93, que regulamenta a profissão do(a) assistente social no Brasil. No entanto, é importante ressaltar que essa competência não se restringe exclusivamente a essa profissão.

³⁷ Criado em novembro de 2019, como resultado da parceria estabelecida entre o Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa Sociedade, Família e Política Social (NISFAPS), vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a equipe de investigadores do Observatório das Famílias e das Políticas das Famílias (OFAP) da Universidade de Lisboa/Portugal, o OPSFaC surge como um projeto de extensão na busca de se tornar referência na produção de informações sobre as políticas sociais dirigidas às famílias e, a partir disso, subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas públicas no Estado de Santa Catarina. Atualmente, além de desenvolver atividades de pesquisa e extensão, no âmbito das suas áreas específicas, o Observatório de Políticas Sociais e Famílias Catarinenses (OPSFaC) atua como espaço interdisciplinar de produção de conhecimento, disseminação de informações sobre a realidade catarinense e formação de alunos(as) de graduação, pós-graduação e profissionais das mais diferentes áreas, interessados(as) na temática das políticas sociais e seus impactos nas famílias (UFSC, 2023).

desafio de construir articulações orgânicas entre a produção de conhecimento e a prática profissional (Bourguignon, 2007, p. 49).

Potyara Amazoneida Pereira (2005) destaca, por sua vez, a importância de tornar a pesquisa uma atividade integral e intrínseca à profissão. Segundo a autora, “[...] a pesquisa, longe de ser um luxo intelectual, é uma necessidade de realização consequente da profissão e condição de possibilidade de rupturas com atitudes e práticas voluntárias, tópicas e impensadas” (Pereira-Pereira, 2005, p. 18).

No entanto, a utilidade dos dados estatísticos e indicadores não se limita aos(as) profissionais do Serviço Social envolvidos na pesquisa, pelo contrário, para o(a) assistente social que atua na dimensão interventiva direta, essas ferramentas são da mesma forma importantes, visto que permitem compreender as características demográficas, socioeconômicas e culturais das populações atendidas, identificam demandas específicas e vulnerabilidades presentes em determinadas comunidades ou grupos, e promovem intervenções mais direcionadas e eficazes. A coleta contínua de informações por meio de dados e indicadores permite uma avaliação constante do impacto das intervenções sociais, visto que proporciona uma abordagem baseada em evidências. Não bastasse, os dados estatísticos e indicadores contribuem para uma alocação mais eficiente e eficaz de recursos. Isso é especialmente relevante quando se trata de intervenções diretas, pois permite otimizar o uso de orçamentos e meios disponíveis para maximizar o impacto positivo na vida das pessoas atendidas.

Em resumo, os indicadores e dados estatísticos são ferramentas essenciais aos(as) assistentes sociais na intervenção direta, e fornecem uma base sólida para compreensão, planejamento, implementação e avaliação de ações que visam o bem-estar e a promoção dos direitos das pessoas assistidas.

Para o(a) assistente social que se encontra inserido nas estruturas administrativas e planejadoras a análise e utilização de dados estatísticos e indicadores desempenha um papel igualmente fundamental. Essas ferramentas oferecem subsídios para a tomada de decisões informadas, aprimoramento contínuo e promoção de ações mais efetivas e justas. Ao utilizar essas ferramentas os(as) assistentes sociais que atuam com a gestão de políticas públicas, podem identificar, por exemplo, as áreas que exigem atenção prioritária. Essa identificação é crucial para direcionar recursos e esforços de maneira eficiente, pois auxilia no foco a

demandas mais urgentes e relevantes, especialmente na conjuntura atual, onde os(as) profissionais do Serviço Social e os(as) usuários(as) vivenciam a fragmentação e descontinuidade das políticas públicas e a fragilidade da estrutura material e pessoal das instituições (Trindade, 2017, p.72).

Além disso, a utilização e análise de dados estatísticos e indicadores com recorte de gênero, possibilitam ao(a) profissional do Serviço Social, independente de sua área de atuação, aprimorar ainda mais a compreensão das dinâmicas sociais. Conforme destacado por Greice Graff, Marlene Neves Strey e Luísa Fernanda Habigzang (2021), para uma atuação técnica qualificada nas políticas públicas, é fundamental que os(as) profissionais atentem às concepções de gênero, uma vez que as práticas profissionais podem ser discriminatórias, e, com isso, acentuar as desigualdades de gênero socialmente construídas. Portanto, uma análise de dados pela perspectiva de gênero permite identificar desigualdades e necessidades específicas das mulheres, o que auxilia em uma abordagem mais inclusiva e equitativa.

Grosso modo, a incorporação efetiva de dados estatísticos e indicadores na atuação profissional dos(as) assistentes sociais não apenas enriquece a compreensão das dinâmicas sociais, mas também possibilita a implementação de estratégias mais específicas e sensíveis, de modo a contribuir para o fortalecimento de uma prática profissional pautada na igualdade e na justiça social.

5 CONCLUSÃO

A pesquisa empreendida possibilitou uma conclusão fundamental: as estatísticas e os indicadores sensíveis ao gênero emergem como elementos essenciais no caminho em direção à promoção efetiva da equidade de gênero.

Essas ferramentas, ao permitirem a mensuração e a evolução das persistentes desigualdades enfrentadas pelas mulheres, tanto no âmbito privado quanto no público, possibilitam a formulação, monitoramento e avaliação de políticas públicas mais adequadas às necessidades específicas desse grupo.

Ao exame da atuação do(a) assistente social, cujo trabalho está intrinsecamente ligado à questão social e às suas expressões, compreende-se que a desigualdade de gênero se apresenta como uma manifestação crucial desse complexo. Nesse contexto, as estatísticas e indicadores se revelam instrumentos imprescindíveis para esses(as) profissionais, que atuam sobretudo na implementação e gestão de políticas, programas e projetos sociais.

É imperativo considerar, entretanto, que, apesar da relevância dos indicadores, muitos apresentam falhas e limitações. Se, por um lado, oferecem um panorama valioso das desigualdades de gênero, por outro, suas deficiências podem resultar em uma visão parcial e, em alguns casos, distorcida da realidade. Essas falhas incluem a falta de sensibilidade para captar as nuances da opressão de gênero de maneira interseccional, bem como a inadequação em reflexão a diversidade das experiências das mulheres.

Portanto, ao mesmo tempo em que é considerada a importância dessas ferramentas na busca pela equidade de gênero e seu papel relevante na atuação do(a) assistente social, é crucial ponderar a precariedade em relação aos indicadores existentes. Somente a adoção de uma postura crítica possibilita o aprimoramento desses instrumentos, a superação de suas limitações e a efetiva promoção de uma sociedade mais justa e igualitária, na qual as desigualdades de gênero sejam extintas e/ou abordadas de maneira abrangente.

REFERÊNCIAS

- ABEPSS. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**, Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996.
- BAPTISTA, M. V. Prática Social/Prática Profissional: a natureza complexa das relações profissionais cotidianas. BAPTISTA, M. V. & BATTINI, O. **A Prática Profissional do Assistente Social**. São Paulo, CNPq/Veras, 2009. (p. 13-27).
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2. Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: Serviço Social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.
- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. A particularidade histórica da pesquisa no Serviço Social. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). **Rev. Katál. Florianópolis** v. 10 n. esp. p. 46-54 2007.
- BRASIL. Constituição (1988) **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Disponível em:<Constituição>. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRASIL. **Decreto-Lei nº 5.452 de maio de 1943**. Brasília, 1943. Disponível em: DEL5452. Acesso em: 20 out. 2023.
- BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, DF: Senado Federal, 2013.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2021**. Brasília, DF: Inep, 2023.
- BRASIL, **Lei nº 8662 de 7 de junho de 1993**. Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CARRASCO, Cristina. **Estatísticas sob suspeita**: proposta de novos indicadores com base na experiência das mulheres / Cristina Carrasco; tradução José Valenzuela Perez. São Paulo, SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2012
- CARRASCO, Cristina et al. **Proposta d'um sistema d'indicadors no androcèntrics**. Barcelona: Institut Català de les Dones, no prelo, 2006.
- CARRASCO, Cristina. A Economia Feminista: Um panorama sobre o conceito de reprodução. In: Dossiê Economia Feminista. **Revista Temáticas**, Campinas, 26, (52): 23-30, ago./dez. 2018.

CARRASCO, Cristina. La economía feminista. Un recorrido a través del concepto de reproducción, **Revista Ekonomiaz.**, número 91 (I-2017), páginas 52-77. Disponível em: Ekonomiaz, Revista Vasca de Economía. Acesso em: 18 out. 2023.

EUSTÁQUIO DINIZ ALVES, J.; MARTA CAVENAGHI, S. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações – Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 83–105, 2013. DOI: 10.5433/2176-6665.2013v18n1p83. Disponível em: Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil | Mediações – Revista de Ciências Sociais. Acesso em: 17 nov. 2023.

FARIAS A., SOARES, J. & CÉSAR, C. **Introdução à Estatística**. Rio de Janeiro: Ed. LTC, 2003.

FEDERICI, Silva. **O patriarcado do salário**. Tradução Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. Trad. de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FERNANDEZ, B. **Trabalho invisível à luz das teorias neoclássica, marxista e da economia feminista. três paradigmas em disputa**. In: Atas do Congresso Fazendo Gênero 12: Lugares de Fala, Direitos, Diversidade. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2021.

FERNANDEZ, B. **Economia Feminista: um enquadramento teórico-metodológico voltado para a sustentabilidade da vida e a reprodução social**. Editorial Revista Textos de Economia, v. 23, p. 1-6, 2020.

FERNANDEZ, B. **Teto de vidro, piso pegajoso e desigualdade de gênero no mercado de trabalho brasileiro à luz da economia feminista: por que as iniquidades persistem?**. Cadernos de Campo (UNESP), v. 26, p. 79-103, 2019.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Organizado por Flávia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2020.

GRAFF, Greice; STREY, Marlene Neves; HABIGZANG, Luísa Fernanda. **Concepções de gênero e profissionais do centro de referência de assistência social**. Psicologia em estudo, v. 26i047036, p. 1-15, 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Outras formas de trabalho**. 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: Estatísticas de Gênero. Acesso em: 20 ago. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil – Notas técnicas**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil – 2ª edição**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_informativo.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil – 2ª edição – Nota Técnica**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101784_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 20 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Rio de Janeiro, 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Rio de Janeiro, 2022.

IPU Parline. **Classificação mensal das mulheres nos parlamentos nacionais**. Out/2023. União Interparlamentar (IPU). Disponível em: Monthly ranking of women in national parliaments. Acesso em: 06 out. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. 6. Ed. Campinas: Alínea, 2017.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **RAP**. Rio de Janeiro 36(1):51-72, Jan./Fev. 2002.

KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena (Org.); LABORIE, Françoise (Org.); LE DOARÉ, Hélène (Org.) SENOTIER, Danièle (Org.) Dicionário crítico do feminismo. São Paulo: Unesp, 2009. p.67-75.

LEAL, Caroline Maria. Divisão social e sexual do trabalho: reprodução das desigualdades de gênero? In: **Jornada Internacional de Políticas Públicas**, 5, 2011, São Luís, Universidade Federal do Maranhão. Anais.. São Luís: UFMA/Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, 2011. p. 1-9.

LIMA, Telma Cristiane Sasso, MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**. 2007, p. 37-45.

MARÇAL, K. **O lado invisível da Economia**: uma visão feminista. São Paulo: Alaúde, 2017.

MARCELINO, Karla Júlia. **A importância da Estatística na atualidade**. 2010. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/pdf/a_importancia_da_estatistica_na_atualidade_-_artigo_de_karla_jlia_marcelino.pdf. Acesso em: 15 set. 2023.

MELO, H. P. de; CONSIDERA, C. M.; SABBATO, A. D. **Os afazeres domésticos contam**. Economia e Sociedade, v. 16, n. 3, p. 435-454, dez., 2007.

MINISTÉRIO DAS MULHERES. **Análise de indicadores de desigualdades de gênero é urgente para gestão de políticas públicas para mulheres**. Brasília, 19 de maio 2023. Disponível em: Análise de indicadores de desigualdades de gênero é urgente para gestão de políticas públicas para mulheres. Acesso em: 11 ago.2023.

ONU. **Declaração e Plataforma de Ação de Pequim** 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher – Pequim (1995): “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. Disponível em: Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Acesso em: 10 out. 2023.

ONU BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. (s.d.). Disponível em: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável | As Nações Unidas no Brasil. Acesso em: 19 out. 2023.

OXFAM (2020).Relatório “**Tempo de cuidar: O trabalho de cuidado não remunerado e a crise global da desigualdade**” Oxfam, Brasil, Janeiro de 2020. Disponível em: Tempo de Cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade | Oxfam Brasil. Acesso em 26 de agosto de 2023.

OXFAM (2020). Relatório “**Empoderamento econômico das mulheres no Brasil: pela valorização do trabalho doméstico e do cuidado**” Oxfam, Brasil, Junho de 2018. Disponível em: Empoderamento econômico das mulheres no Brasil. Acesso em 26 de agosto de 2023.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Frequently Asked Questions: the Gender Inequality Index (GII)**. Disponível em: Frequently Asked Questions: the Gender Inequality Index (GII). Acesso em: 15 set. 2023.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **A utilidade da pesquisa para o Serviço Social**, Serviço Social & Saúde. Campinas. v. 4 n. 4 p. 17-28, Maio 2005.

SACCHET, Teresa. **Capital social, gênero e representação política no Brasil**. Opinião Pública, Campinas, (2009). Disponível em: Capital social, gênero e representação política no Brasil. Acesso em: 04 out. 2023.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SOARES, V. L. L. **Estatística e Indicadores de Gênero Não Medem a Felicidade, mas são importantes na avaliação das políticas públicas**. In: Maria Ednalva, Bezerra Lima, Ana Alice Alcântara Costa, Albertina Costa, Maria Betânia Ávila, Vera Soares. (Org.). Transformando as Reações Trabalho e Cidadania – produção, reprodução e sexualidade. São Paulo: CUT/BR, 2007.

SORJ, B. **Pesquisas Comparativas**: uma análise crítica dos indicadores de gênero. Revista Z Cultural (UFRJ), v. III, p. 01-08, 2007.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. **Sistema de indicadores de gênero**: instrumento para conhecer e reconhecer a experiência das mulheres. Estatística sob suspeita. São Paulo, Sempreviva organização feminista, 2012

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). **TSE Mulheres**. 2023. Disponível em: TSE Mulheres – Justiça Eleitoral. Acesso em: 27 out. 2023.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS (TJDFT). MORANGA, V. J. **Diferença entre Igualdade e Equidade**. (s/d). Disponível em: Diferença entre Igualdade e Equidade — Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Acesso em: 19 out. 2023.

TRINDADE, Rosa L. Predes. Ações profissionais, procedimentos e instrumentos no trabalho dos assistentes sociais nas políticas sociais. In: SANTOS, C. M.; BACKX, S.; GUERRA, Y. (Org.). **A dimensão técnico operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo, Cortez, 2017. (p. 77 a 108)

UFSC, **Opsfac**. Disponível em: <https://opsfac.ufsc.br/>. Acesso em: 10 ago. 2023

VIOTTI, Maria Luíza Ribeiro, 2013. **Apresentação**. In: Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Pequim, 1995. Disponível em: Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher. Acesso em: 21 out. 2023.

WIESE, M. L.; DAL PRÁ, K. R.; MIOTO, R. C. T. O cuidado como direito social e como questão de política pública. In: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress**, 2017, Florianópolis. Anais Eletrônico do Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress, 2017. v. 1. p. 1-12.

WIESE, M. L.; DAL PRÁ, K. R.; MIOTO, R. C. T. O Cuidado como Direito Social: uma questão contemporânea para o Serviço Social. In: **XVI ENPESS: Em Tempos de Radicalização do Capital, Lutas, Resistências e Serviço Social**, 2018, Vitória. XVI ENPESS: Em Tempos de Radicalização do Capital, Lutas, Resistências e Serviço Social, 2018. p. 1-14.